

FÁBIO FERNANDO LIMA

OS VALORES TEXTUAIS E INTERATIVOS DO
CONECTIVO MAS



1910001299



FÁBIO FERNANDO LIMA

**OS VALORES TEXTUAIS E INTERATIVOS DO
CONECTIVO *MAS***

Universidade Estadual Paulista

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

São José do Rio Preto - SP

2004



Universidade Estadual Paulista
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

FÁBIO FERNANDO LIMA

**OS VALORES TEXTUAIS E INTERATIVOS DO
CONECTIVO *MAS***



L. 1.299/04

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto - SP

Fevereiro / 2004



441

L732 v

21/10/2004

Doação

R\$ 25,00

Autor

ND: 115/04 –

Proc. 047/04

Lima, Fábio Fernando.

Os valores textuais interativos do conectivo *mas* / Fábio Fernando

Lima – São José do Rio Preto : [s.n.], 2003

114 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Gomes Camacho

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Análise linguística. 2. Gramática (Linguística). 3. Gramática funcional. 4. Marcador discursivo. 5. *Mas*. I. Camacho, Roberto Gomes. II. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'36



TERMO DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

COMISSÃO JULGADORA

Presidente da Banca e Orientador: _____

2º Examinador Titular: _____

3 Examinador Titular: _____

São José do Rio Preto, de de 2004



Ao Prof. Roberto, pela orientação, paciência e amizade. À ele dedico uma gratidão particular, pois sempre com muita dedicação e carinho me ajudou a desenvolver este trabalho.

Ao Cláudio, pela compreensão, ajuda, compreensão e incentivo. Ainda que eu o falei com todos os meus esforços, não poderia deixar de lembrar que todo o bem e felicidade é para ele e para todos os que o cercam.

A minha mãe Cláudia e ao Roberto, porque de quem devo muito significativo de minha formação profissional e intelectual, ao Flávio pela paciência e amizade.

A Prof. Maria e ao Prof. Carlos, responsáveis pelas minhas atividades de ensino e pesquisa.

Ao Professor Sandro e ao Prof. Paulo, por amizade, pela ajuda e por todas as contribuições e sugestões para este trabalho.

Aos amigos da vida, especialmente à Cláudia, Roberto, Tânia, Edson e Lúcia, pela compreensão e apoio.

Em função de tudo o que minha mãe representou na minha formação ética e profissional. À memória de meu pai, como uma tentativa de superação das minhas saudades. A eles dedico, de coração sincero, não apenas o que pode haver de bom neste trabalho, mas o que há de melhor na minha natureza.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Roberto, pela dedicação, confiança e amizade. A ele minha eterna gratidão pelo esforço sem medida dedicado à elaboração deste trabalho.

Ao Cleomar, pelo companheirismo, apoio, compreensão e incentivo. Ainda que eu o faça com todo o meu esforço, não poderei retribuí-lo jamais por todo o bem e confiança a mim dispensados nestes últimos três anos.

À minha irmã Cláudia e ao Roberto, pessoas às quais devo parcela significativa da minha formação profissional e intelectual; ao Flavinho pela sinceridade e amizade.

À Prof^a. Marize e ao Prof. Carlos, responsáveis diretos por grande parte da minha formação;
Às Professoras Sanderléia e Erotilde, pela amizade, pela leitura atenta e por todas as contribuições valiosas dadas a este trabalho.

Aos amigos da pós, especialmente à Gisele, Marcos, Taísa, Edson e Lizângela pela convivência e por todas as palavras de incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio concedido que permitiu a viabilização desta pesquisa.



INTRODUÇÃO

- 1 Apresentação e importância do tema
- 2 Propósito da pesquisa
- 3 Delimitação da abrangência da pesquisa
- 4 Organização geral da dissertação

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS TEÓRICOS

- 1.1 A noção dos Paradigmas de acordo com Thomas Kuhn
- 1.1.1 A Crítica da Falsificação de Imre Lakatos
- 1.2 A abordagem Funcional de Maturana
- 1.2.1 O conceito de homeostase global e a noção de campo
- 1.2.2 As estruturas globais do discurso
- 1.3 A estrutura discursiva
- 1.3.1 A discursividade

CAPÍTULO II

UMA SÓ ELEMENTO PARA MIM

- 2.1 A noção de elemento discursivo e sua função
- 2.1.1 O elemento discursivo de acordo com Maturana
- 2.2 Os elementos discursivos de uma "estrutura"

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DO CORPO E METODOLOGIA DE TRABALHO

- 3.1 Constituição do corpo
- 3.2 Metodologia de trabalho

CAPÍTULO IV

AS FUNÇÕES TEXTUAIS E INTERATIVAS DO

CONJECTIVO

- 4.1 Introdução

"Foi assim que (...) "mas" foi visto em situações tão extremamente diversas que valeria refletir sobre o quanto agrada ao espírito humano explicitar as discriminações que é capaz de perceber e de fazer, e quanto lhe agrada levar seu ouvinte a comungar com ele as mesmas discriminações, por mais pequenas e sutis que sejam. E, acima de tudo, quanto ama o espírito humano jogar com tais diferenças para persuadir".
(M. H. M. NEVES, A coordenação interfrasal em português).

"Quem já se banhou não precisa lavar senão os pés, porque já está todo limpo. Também vós estais limpos, mas não todos".
(Evangelho de Jesus Cristo segundo João, 13, 10)

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	13
1 Justificativa e relevância do tema.....	13
2 Proposta de trabalho.....	14
3 Delimitação do objeto de pesquisa.....	15
4 Organização geral do trabalho.....	17
 CAPÍTULO I	
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	18
1.1 A opção pelo Paradigma funcional.....	18
1.1.1 A Gramática Funcional de Simon Dik.....	26
1.2 A Gramática Funcional do Discurso.....	29
1.2.1 O discurso em termos globais: o fenômeno do escopo.....	31
1.2.2 As estruturas globais do discurso.....	33
1.2.3 A coerência discursiva.....	37
1.3 A discursivização.....	38
 CAPÍTULO II	
MAS: UM SÓ ELEMENTO PARA MÚLTIPLOS PAPÉIS	44
2.1 <i>Mas</i> relator coordenador, conector e constituinte extra-oracional	44
2.1.1 O conectivo <i>mas</i> na visão de Deborah Schifffrin.....	54
2.2 Os sentidos básicos de <i>mas</i> : “adversatividade” e “quebra de expectativa”	65
 CAPÍTULO III	
CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS E METODOLOGIA DE TRABALHO	69
3.1 Constituição do corpus.....	69
3.2 Metodologia de trabalho.....	70
 CAPÍTULO IV	
AS FUNÇÕES TEXTUAIS E INTERATIVAS DO CONECTIVO	75
4.1 Introdução.....	75



4.2 A atuação do conector no contraste de idéias.....	78
4.2.1 Os valores semântico-pragmáticos do conector no contraste de idéias.....	89
4.3 A atuação do conector no contraste de ações.....	96
4.4 A atuação de <i>mas</i> como CEO na estrutura de trocas.....	101
4.5 <i>Mas</i> marcador de foco.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de interação verbal.....	26
Figura 2 – Organização em camadas da GF.....	28
Figura 3 – As distinções das unidades discursivas.....	35
Figura 4 – Modelo de discurso.....	56
Figura 5 – Distribuição quantitativa entre conectores e CEOs.....	76
Figura 6 – Tipos de contraste na estrutura de idéia.....	79
Figura 7 – Tipos de contraste na estrutura de ação.....	97
Figura 8 – Atuação na estrutura de troca	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Influência do tipo de inquérito na determinação da relação entre idéias.....	88
Tabela 2 – Natureza da relação de sentido envolvida.....	89
Tabela 3 – Influência do tipo de inquérito na determinação da relação de sentido envolvida.....	90

LIMA, F. F. *Os valores textuais e interativos do conectivo mas*. São José do Rio Preto, 2003. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O trabalho objetiva investigar e descrever a condição atual do conectivo *mas* no português brasileiro falado, enfocando em especial sua atuação nos níveis textual e interativo. Parte-se de uma hipótese básica de discursivização para *mas*, entendendo-se por discursivização um processo de mudança que leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais e assumir restrições de caráter pragmático e interativo, marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e o seu discurso (Martelotta *et. al.* 1996). Para embasar a análise e descrição da multifuncionalidade do conectivo nos níveis textual e interativo, e paralelamente, comprovar a hipótese de discursivização, toma-se por base algumas noções inerentes ao modelo de Gramática Funcional proposto por Dik (1989, 1997), sobretudo aquelas que dizem respeito às distinções funcionais apresentadas pelo autor entre *relator coordenador* (a conjunção), *conector* (ou marcador discursivo) e *constituente extra-oracional* (ou marcador conversacional), todas elas desempenhadas por *mas* e que se alternam, respectivamente, entre um pólo mais gramatical, de um lado, e um pólo mais discursivo, de outro. Exerce também papel de grande relevo a proposta de análise para os marcadores discursivos apresentada por Schiffrin (1987), além de diversos conceitos correntes na Análise da Conversação acerca do processo interacional como um todo. O material lingüístico básico para a realização dessa tarefa é constituído pelo corpus mínimo do Projeto Gramática do Português Falado, extraído do banco de dados do Projeto NURC.

Palavras-chave: *mas*, marcador discursivo, discursivização, Gramática Funcional

LIMA, F. F. *The Textual and interactive values of the connective mas*. São José do Rio Preto, 2003. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

This work aims at investigating and describing the present condition of the connective *mas* (but) in Brazilian Spoken Portuguese, focusing its performance in interactive and textual levels. We have a basic hypothesis of discursivization for *mas*. For discursivisation we understand a process of changing which leads the linguistic element to lose its grammatical restrictions and assume pragmatic and interactive ones, marking relations between the participants or between the participants and the discourse (Martelotta *et. al.* 1996). In order to support the analysis and description of the multifunctionality of the connective in textual and interactive levels and, at the same time, to confirm the hypothesis of discursivization, we are based in some notions of the Functional Grammar model proposed by Dik (1989, 1997), especially those ones with respect to the functional distinctions presented by the author among *relator coordinator* (the conjunction), *connector* (or discourse marker) and *extra clausal constituent* (or conversational marker), all of them carried out by *mas* and which alternate, respectively, between the most grammatical and the most discursive poles. It is also of great importance the proposal of analysis for discourse markers presented by Schiffrin (1987), besides the several current concepts in Conversational Analysis in relation to the interactional process as a whole. The basic linguistic material for the achievement of this work consists of the minimal corpus of the *Projeto Gramática do Português Falado* (Grammar of Spoken Portuguese Project), extracted from the data bank of *NURC* Project.

Keywords: *mas* (but), discourse marker, discursivization, Functional Grammar.

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância do tema

A proposta de análise e descrição do conectivo *mas* em uma perspectiva textual-interativa, enfocando particularmente a expansão funcional do elemento em direção ao discurso, assenta-se sobretudo em dois pontos fundamentais, que embora pareçam à primeira vista distintos, estão, antes de mais nada, interligados.

O primeiro deles reflete a necessidade de revisão de determinados conceitos empregados amiúde pelas gramáticas de cunho tradicional, geralmente estabelecidos a partir de dados específicos da modalidade escrita do português, e que acabam por apresentar uma visão estática e estereotipada de determinados fenômenos lingüísticos.

No caso específico de *mas* a Gramática Tradicional, que centra seus estudos nos limites do período, apresenta a classificação consensualmente aceita de “conjunção coordenativa adversativa”. Nesse sentido, este trabalho visa a propor um enfoque mais amplo e adequado dos níveis de atuação do conectivo, capaz de contemplar outros usos possíveis para o mesmo elemento, para além do nível intra-sentencial.

Ao se assumir essa primeira proposta, e eleger dados de língua falada como objeto de análise, chega-se conseqüentemente a um segundo objetivo geral, também norteador da elaboração desse trabalho como um todo. Trata-se da contribuição, com um pequeno subsídio, para o conhecimento da modalidade falada do português, aspecto que vem sendo tratado desde o início da década de 90 pelo projeto “Gramática do Português Falado”, cujo objetivo central é elaborar uma gramática de referência da variedade culta da língua falada.

Essas duas preocupações gerais convergem e se justificam, enfim, na apresentação de algumas alternativas concretas de descrição do português brasileiro, capazes de lidar com todo o material lingüístico que extravasa os limites da tradição gramatical normativa.

2. Proposta de trabalho

Este trabalho se propõe investigar e descrever os usos diversos que o conectivo *mas* vem assumindo na modalidade falada do português, a partir de uma perspectiva funcional da linguagem e de alguns conceitos importantes desenvolvidos pelo quadro teórico da Análise da Conversação. Essa proposta tem como fundamento o fato de que, na língua oral, o conectivo *mas* vem ganhando restrições pragmáticas, na articulação de porções discursivas maiores que a oração, funcionando no nível estruturalmente mais alto da organização textual-interativa.

Vale a pena destacar que, no plano diacrônico, o conectivo *mas* sofreu uma recategorização funcional, passando de uma estrutura menos gramatical, propriamente o advérbio latino *magis (quam)*, que estabelecia a comparação de superioridade¹, para outra mais fixa, a conjunção adversativa *mas*, por meio de um processo de “gramaticalização”. Nesse sentido, a expansão funcional do conectivo em direção ao discurso, no plano diacrônico, levanta a hipótese, a qual se tentará confirmar ao término deste trabalho, de que o elemento está passando por um outro processo, o da “discursivização”, também denominado “pós-gramaticalização” (Vicent, Votre e Laforest, 1993 *apud* Martelotta *et. al.*, 1996). Como esse rótulo indica, o processo diacrônico parece não ter se findado ainda, estando em pleno curso.

Entende-se aqui por discursivização um processo que “leva o item a assumir função de marcador discursivo, modalizando ou reorganizando a produção da fala, quando a sua

¹ Segundo Coutinho (1970) a redução de *mais* (forma arcaica) para *mas* se deve ao fato de “ser a conjunção proclítica” (Coutinho, 1970, p.27).



linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda de linearidade” Martelotta *et. al.* (1996, p.45). Como resultado desse mesmo processo, de acordo com esses autores, o item torna-se menos gramatical, ou seja, passa a assumir funções relacionadas ao processamento do discurso e da interação, perdendo as restrições típicas de seus usos originais e tendo aumentado, assim, o seu leque de possibilidades de colocação.

Caso se confirme a hipótese de discursivização acima, é também tarefa deste trabalho verificar se o processo em curso tem refletido uma mudança real, incluindo alguma alteração no significado básico do conectivo, ou se o que está ocorrendo de fato constitui apenas um caso típico de ambigüidade pragmática, em que o uso varia, e não o sentido (cf. Sweetser, 1991).

3. Delimitação do objeto de pesquisa

O material para a realização desta pesquisa compõe-se de ocorrências do conectivo *mas* em dados concretos de língua falada, cujo material lingüístico básico é constituído pelo corpus mínimo do Projeto Gramática do Português Falado, extraído do banco de dados do Projeto NURC/São Paulo.

Para todos os efeitos, cumpre informar, primeiramente, que embora sejam retomados com frequência, não é objeto direto deste estudo os aspectos referentes à conjunção coordenativa *mas*. Dois fatores básicos colaboram para a aplicação desse recorte no objeto da pesquisa: o primeiro deles diz respeito aos propósitos previamente assumidos, em especial a descrição das funções textuais e interativas do conectivo, bem como a análise de uma hipótese de discursivização para *mas*, o que, conseqüentemente, direciona o foco de interesse para as ocorrências de natureza discursiva, mais que para aquelas ditas intra-oracionais.

O segundo fator está relacionado ao trabalho recente desenvolvido por Garcia (2002), apresentado como uma dissertação de mestrado cujo enfoque especial recaiu sobre os usos de *mas* como conjunção. Por esse motivo, caso necessário, remeter-se-á às considerações elaboradas pela autora.

O interesse específico por *mas*, em detrimento de outros elementos geralmente inventariados na classe das “conjunções adversativas”, está baseado em um aspecto central que particulariza o conectivo em relação aos demais. Trata-se do fato de que, conforme aponta Neves (2002), os outros elementos freqüentemente classificados como conjunções adversativas, como *todavia*, *contudo*, *no entanto* e *porém*, não resistem aos testes que lhes dariam esse estatuto.

Isso porque, na visão da autora, esses conectivos estão ainda em fase de transição, uns mais próximos, outros mais distantes da plena gramaticalização como conjunções coordenativas. Essa colocação fica nítida quando se observa, por exemplo, que os elementos acima mencionados ainda preservam a mobilidade característica dos advérbios, o que lhes garante emprego no início, no meio ou no final de sentenças, além da possibilidade de coocorrência com outras conjunções coordenativas, como *e*, *ou* e *mas*.

Diferentemente dos demais conectivos, *mas* comporta-se como uma conjunção característica, ocupando posição definida na oração (inicial) e não apresentando, paralelamente, a possibilidade de coocorrência com outros elementos conjuntivos plenos, propriamente *e* e *ou*².

Considerando que a afirmação de uma expansão funcional em direção ao discurso torna-se mais nítida caso o elemento lingüístico tenha posição definida na oração, bem como

² A fim de tornar mais clara a explicação corrente, pode-se afirmar que Neves (*op. cit.*) atesta, nesse sentido, a impossibilidade de construções do tipo **e mas* ou **ou mas*, em contraposição aos demais elementos geralmente classificados como “conjunção adversativa”. Fazendo uso de um exemplo dado pela própria autora, pode-se considerar perfeitamente aceitável uma construção do tipo *Aqui o ódio continuava mais intenso ainda, e, todavia, foram obrigados a conviver na mesma senzala*.



restrições gramaticais claras, somente em relação a *mas* pode-se averiguar, sem contra-senso, a possibilidade de discursivização.

4. Organização geral do trabalho

Quanto à organização do trabalho, o Capítulo I apresentará os princípios de algumas teorias que norteiam o estudo, especialmente a Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), a proposta, do mesmo autor, para uma abordagem funcional do discurso (Dik, 1997), a análise dos marcadores discursivos elaborada por Schiffrin (1987), além de diversos conceitos correntes na Análise da Conversação acerca do processo interacional como um todo.

Ainda nessa seção serão apresentados alguns conceitos básicos referentes ao processo de discursivização, baseados em Martelotta *et. al.* (1996), além das considerações elaboradas por Sweetser (1991) acerca dos processos de mudança.

No Capítulo II, dá-se ênfase especial às distinções estabelecidas por Dik (1989, 1997) entre relator coordenador (a conjunção), conector (ou marcador discursivo) e constituinte extra-oracional (ou marcador conversacional), estatutos funcionais que, conforme se procurará demonstrar, podem ser exercidos por *mas* na língua falada.

A metodologia empregada e os fatores relevantes para a análise dos dados são apresentados no Capítulo III; o Capítulo IV engloba uma discussão mais detalhada a respeito dos resultados obtidos, com ênfase especial na descrição das múltiplas funções de natureza textual-interativa desempenhadas pelo conectivo *mas*.

Nas Considerações Finais faz-se um balanço entre a proposta inicial e os resultados da análise, para a verificação da hipótese central formulada.



CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 A opção pelo Paradigma Funcional

Seria, à primeira vista, adequado iniciar esta seção do trabalho afirmando simplesmente que entender a linguagem é entender como ela é usada. Mas uma introdução desse tipo ocultaria por completo a realidade da pesquisa lingüística, marcada por pontos de vista diversos a respeito de um mesmo objeto.

Na verdade, a pré-definição teórico-metodológica do objeto de estudos é tão determinante na Lingüística que se torna difícil a iniciação de uma pesquisa sem contextualizá-la devidamente em um dos aparatos disponíveis ao pesquisador. Dessa forma, além de apontar a posição tomada, é necessário justificar as razões dela, contrapondo-a aos demais caminhos possíveis.

Trata-se especificamente aqui do recorte epistemológico que tem acompanhado a evolução da Lingüística desde a sua formação enquanto ciência moderna, momento em que, a fim de operar a transição para uma fase verdadeiramente autônoma, Saussure seleciona os fatos que deveriam compor o objeto de estudos dessa ciência. A *langue* (língua), concebida como o verdadeiro objeto de estudos do estruturalismo, caracterizada pelo seu aspecto idealizado, formal e sistemático, oposta à *parole* (fala), foi o resultado mais conhecido e perceptível desse recorte.

Voltando a atenção para a pesquisa aqui proposta, pode-se afirmar que, como o processo de discursivização envolve perda de restrições gramaticais, e paralelamente, a assunção de papéis discursivos, noções fortes de gramática e de discurso fazem-se estritamente necessárias para o embasamento do processo. E o modelo aqui escolhido é o da

Gramática Funcional, na medida em que essa vertente apresenta o aparato teórico e metodológico mais compatível para a descrição do objeto aqui proposto. As considerações seguintes objetivam demonstrar as razões dessa compatibilidade.

De modo análogo à visão de Bakhtin (1994), para quem a “interação verbal” é a realidade fundamental da língua, a teoria funcionalista concebe a língua, em primeiro lugar, como instrumento de interação social, por meio do qual os humanos podem comunicar-se uns com os outros e, assim, influenciar-se mutuamente (Dik, 1989), elegendo, como objeto da lingüística, o estudo da língua em situação real de comunicação.

Segundo Neves (1994), toda abordagem funcionalista de uma língua natural toma por interesse básico a verificação do modo pelo qual os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Ainda de acordo com a autora, a gramática funcional, interessada em construir uma teoria geral de organização de línguas naturais, visando à integração com uma teoria global da interação social, parte de um pressuposto básico, por ela apresentado do seguinte modo:

... a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Ela explica as regularidades da língua, em que circunstâncias as pessoas usam a língua (Neves, 1994, p. 112).

Faz-se importante realçar que, em decorrência do modo como o paradigma funcionalista concebe a linguagem, a interação verbal, definida como a interação social mediante o uso da linguagem, passa a ser definida como uma atividade cooperativa estruturada; estruturada à medida que é governada por regras, normas e convenções. Cooperativa porque necessita pelo menos de dois participantes (cf. Dik, 1989). Segundo Camacho (1994, p.34), “esse princípio parece óbvio, mas assegura, na realidade, um princípio sonogado pelo objetivismo abstrato: a relação entre interlocutores reais”.

Logo de início, Dik (1989) estabelece claramente, em sua Gramática, o que configuraria, de acordo com o seu ponto de vista, um estudo funcional da linguagem. Necessariamente, segundo ele, há dois tipos de sistemas de regras que a lingüística precisa comportar: as regras que dizem respeito à estrutura, ou seja, a semântica, sintaxe, morfologia e fonologia, bem como o sistema de regras que governa os padrões de interação verbal em que essa estrutura é utilizada, especificamente o pragmático, dentro do qual a estrutura deve ser compreendida.

Em termos bastante genéricos, essa postura acaba por se traduzir na consideração da interação verbal como pedra de toque, o que dá à pragmática um papel central na descrição, como um macro-sistema que engloba a sintaxe e a semântica. Não há, assim, qualquer espaço para algum tipo de “sintaxe autônoma”, tal como aparece no paradigma formalista.

No que tange a este trabalho especificamente, cumpre dizer, em primeiro lugar, que se torna difícil tratar de fenômenos como discursivização, ambigüidade pragmática e mudança de significado, de domínio tanto da pragmática quanto da semântica, por meio de um ponto de vista que defenda a centralidade da sintaxe. Foi essa a questão, aliás, que levou ao rompimento da Semântica Gerativa com a Gramática Gerativa na década de 70, e que provocou a transformação daquela na versão atual da Semântica Cognitiva.

Paralelamente, para a análise de cada ocorrência de *mas* presente no corpus analisado, levam-se em consideração os contextos discursivos e situacionais específicos de uso, pois se acredita que as propriedades das expressões lingüísticas são sensíveis às determinações pragmáticas da interação verbal. Essa concepção coloca-se novamente em choque com o ponto de vista assumido em gramáticas formalistas como a Teoria Gerativa de Chomsky.

Esse choque se deve ao fato de que, conforme se sabe, no momento em que a Teoria Gerativa elege como objeto de estudos

um falante ouvinte ideal, situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece perfeitamente a sua língua e que, ao aplicar o seu conhecimento no uso efetivo, não é afetado por condições gramaticamente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais e característicos). (Chomsky, 1975 *apud* Camacho, 1994, p.20)

Chomsky se aproxima de Saussure na insistência de um objeto idealizado para a lingüística.

Essa semelhança se torna mais evidente se levada em consideração a escolha, operada por Chomsky, da “competência” como objeto da lingüística, o que exclui, conseqüentemente, todos os fatos relacionados ao “desempenho”. Desse modo, pode-se dizer que a distinção competência/desempenho tem o mesmo papel homogeneizante da distinção saussuriana *langue/parole*.

Para os efeitos da pesquisa aqui apresentada, no entanto, concebe-se, conforme Schiffrin (1987), que a linguagem somente pode ser produzida e interpretada a partir de contextos específicos, capazes de abranger os significados culturais partilhados por uma dada comunidade lingüística e a visão de mundo dos falantes, bem como os contextos sociais que definem as situações interativas, acrescidos à base cognitiva de cada falante.

Desse modo, rompe-se com o isolamento teórico proposto nas teorias formalistas, à medida que entender como a linguagem funciona significa considerar como se encaixa no contexto, considerado exterior a ela pelas teorias formais.

De fato, o papel do contexto é tão significativo que ele figura sempre, mesmo nas análises gramaticais em que os dados consistem em intuições individuais sobre sentenças isoladas. Para Schiffrin (*op. cit.*), essa verdade se comprova no fato de os gerativistas imaginarem contextos discursivos em que uma sentença aparentemente agramatical encontra um lugar possível, e assumirem esse fato como um ponto favorável a seus argumentos.

Uma última consideração que também deve ser levada em conta a respeito da contraposição entre o embasamento teórico assumido e as teorias formalistas refere-se à análise de um elemento lingüístico no discurso. Quando se fala em “marcador discursivo” ou

“discursivização”, remete-se ao tratamento e descrição de determinado elemento ou processo no interior de uma estrutura maior que a sentença; novamente, o fato de a tradição formalista limitar-se ao estudo da frase, atribuindo à sintaxe o papel central, torna-se um ponto de incompatibilidade.

É bem verdade que, em seus primórdios, a Linguística Textual emprega o aparato gerativista para tratar do plano textual, como se a gramática formal abstrata passasse do nível da sentença para o do texto. Mas, se o fez, não foi com a intenção de tratar de fenômenos textuais por si mesmos, mas apenas com o objetivo básico de fornecer mecanismos para a descrição e explanação da boa aceitabilidade das sentenças em um limite analítico maior. Paralelamente, os conceitos básicos de competência e desempenho também foram estendidos ao plano do texto.

No contexto dessa expansão, de acordo com Neis (1981), a Teoria Gerativa, contudo, continua a conceber a frase como a unidade máxima formal de uma gramática; o discurso é considerado apenas como “uma longa frase derivável através de encaixes e concatenações sucessivas”, um instrumento de apoio na tarefa primordial de “enumerar e descrever estruturalmente o conjunto infinito das frases de uma língua” (Neis, 1981, p.28).

Uma perspectiva funcional do texto³, no entanto, concebe-o como uma composição particular, que carrega, em seu interior, estruturas diferentes e mais amplas que a oração. A esse respeito, aliás, faz-se interessante observar a definição de Stubbs (1983, *apud* Schiffrin, 1987, p.1), de acordo com a qual a análise do discurso consiste em

uma tentativa de estudar a organização da linguagem acima da sentença ou acima da oração, e, conseqüentemente, estudar unidades lingüísticas maiores, como as trocas conversacionais ou textos escritos. Portanto, a análise do discurso interessa-se também pela

³ Para efeitos deste trabalho, os termos “texto” e “discurso” serão considerados termos intercambiáveis e, por isso mesmo, utilizados livremente um pelo outro.

linguagem em uso nos contextos sociais, e em particular pela interação ou diálogo entre os falantes⁴.

Para além da ênfase dada a uma unidade de análise particular (acima da sentença), Stubbs salienta também o papel da pragmática, o estudo das condições gerais dos usos comunicativos da linguagem (Leech, 1983, *apud* Schiffrin, 1987), para o estudo das unidades discursivas. Paralelamente, sua definição apresenta-se bastante atrelada a alguns desenvolvimentos importantes da Análise da Conversação, que passam a ser detalhados na sequência.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que a definição acima remete, em parte, ao conceito de “síntaxe do discurso” elaborado por Polanyi e Scha (1983 *apud* Dik, 1997). Considerando as unidades linguísticas como base de uma estrutura dialógica, os autores argumentam que é possível ver as orações como unidades discursivas ordenadas em turnos de acordo com as mudanças locais operadas pela tomada de turno, compondo, simultaneamente, nos eventos conversacionais, unidades semânticas extensas, como uma narrativa, por exemplo.

Essa posição emerge a partir do trabalho elaborado por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), que apresentam o conceito de “turno conversacional”⁵ como a unidade básica das estruturas dialógicas.

A respeito de outros estudos nessa área, vale a pena destacar a posição de Schegloff (1972), que elabora o conceito de “par adjacente”, remetendo a uma estrutura que não pode ser considerada estritamente linguística. Nesse tipo de estrutura, sequencialmente constituída de pares de turnos, a ocorrência da primeira parte do par cria a abertura para a ocorrência da

⁴ attempts to study the organization of language above the sentence or above the clause, and therefore to study larger linguistic units, such as conversational exchanges or written texts. It follows that discourse analysis is also concerned with language in use in social contexts, and in particular with interaction or dialogue between speakers. Stubbs (1983, *apud* Schiffrin, 1987, p.1)

⁵ O conceito de turno, elaborado inicialmente pela Etnometodologia da Fala, fundamenta-se no senso comum cotidiano das várias situações em que os membros de um grupo se alternam na consecução de um objetivo comum ou em uma disputa. Conforme aponta Galembeck (1994), na conversação também ocorre alternância na consecução do objetivo comum, na medida em que os interlocutores se alternam no papel de falante e de ouvinte. Nesse sentido, pode-se considerar a conversação como uma série de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos interlocutores de qualquer extensão.

segunda parte, e a ausência é entendida, na conversação, como uma atitude não cooperativa do interlocutor, uma não satisfação de condição necessária.

Um desses casos são os pares pergunta-e-resposta (P-R). Compostos por seqüências em movimentos coordenados e cooperativos, admite-se que concorrem de modo fundamental para a organização local da conversação, controlando o encadeamento das ações. Além disso, conforme apontam Fávero *et. al.* (1996), os pares dialógicos são tomados, no aspecto semântico-pragmático, como indícios de existência de compreensão, na medida em que a segunda parte do par só pode ser produzida se a primeira for, de alguma forma, compreendida.

Um ponto importante a ser tratado aqui concerne às contribuições que o aparato teórico desenvolvido pelo paradigma funcionalista pode trazer, concretamente, para a análise dos elementos discursivos. A fim de tornar esta parte da discussão mais clara, faz-se interessante observar o seguinte trecho, que traz uma definição concreta daquilo que será, doravante, assumido como a tarefa da pesquisa que aqui se desenvolve:

A análise do discurso é necessariamente a análise da linguagem em uso. Desse modo, não pode ser restrita à descrição das formas lingüísticas independente dos propósitos ou funções às quais essas formas são destinadas a servir nas relações humanas (Brown e Yule 1983 *apud* Schiffrin, 1987, p.1)⁶.

Para além da ênfase em uma perspectiva particular a respeito da linguagem (funcional *versus* estrutural), recortada para focalizar a fala (*versus* a “língua” de Saussure ou a “competência” de Chomsky), pode-se afirmar que os autores salientam a importância de uma visão particular das “funções” desempenhadas pela linguagem, em especial aquelas apontadas por Halliday (1978).

⁶ The analysis of discourse, is necessarily, the analysis of language in use. As such, it cannot be restricted to the description of linguistic forms independent of the purposes or functions which these forms are designed to serve in human affairs. (Brown e Yule 1983 *apud* Schiffrin, 1987, p.1)

De acordo com esse ponto de vista, as diversas funções desempenhadas pela linguagem na vida do homem enquanto ser social se refletem na organização interna da língua, de modo a formar a base semântica e sintática.

Halliday (1978) apresenta um esboço dessas funções da linguagem, por ele denominadas ideacional, interpessoal e textual. A função ideacional está presente na veiculação de informações, de conteúdo; por meio dela o homem pode se expressar em termos da experiência enquanto falante e enquanto membro de uma dada comunidade lingüística. Dessa função partem as experiências humanas dos processos, seja do mundo exterior (concretos e abstratos), seja do mundo interior (ver, gostar etc.).

Já a macro-função interpessoal abrange todos os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala.

Unidas, essas duas macro-funções determinam, segundo o autor, parte do significado potencial incorporado à gramática de cada língua. Na gramática da oração, o aspecto ideacional é expresso pela transitividade, e o interpessoal pelo modo e pela modalidade.

Ao lado delas coexiste a função textual, que preenche a exigência de que a língua seja operacionalmente relevante, que contenha uma textura, em contextos situacionais concretos. Na verdade, essa função apresenta-se como uma hiperfunção, perpassando e interagindo tanto com a ideacional quanto com a interpessoal.

A noção de função em Halliday e as diversas distinções por ele elaboradas ocupam um papel central no estudo e descrição de diversos elementos da linguagem, em especial no que diz respeito à abordagem de determinados elementos coesivos. Por esse motivo, serão amplamente aproveitadas no decorrer deste trabalho.

1.1.1 A Gramática Funcional de Simon Dik

Dik (1989, 1997) apresenta um modelo de gramática funcional que parte efetivamente do uso da língua para tratar do sistema. Na visão do autor, muito embora a abordagem funcionalista deva distinguir o sistema do uso, a forma e a função não devem ser tratadas de modo independente, uma vez que a expressão lingüística é mediadora da relação entre a intenção do destinador e a interpretação do destinatário (Dik, 1989).

A fim de estabelecer um ponto de partida para o desenvolvimento de uma abordagem dessa natureza, Dik (1989) propõe um modelo de interação verbal, sintetizado no esquema que segue:

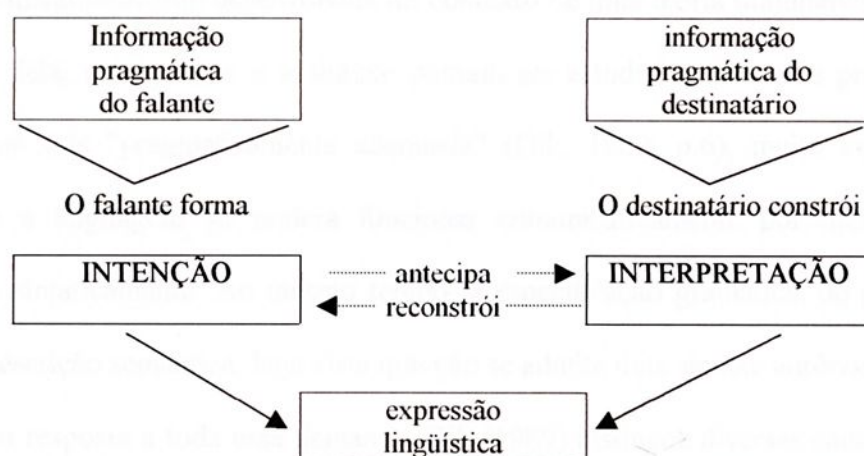


Figura 1: Modelo de interação verbal (Adaptado de Dik, 1997, p.410).

De acordo com o autor, em qualquer circunstância de interação verbal o falante tem alguma intenção comunicativa, que é parcialmente codificada no conteúdo de determinada expressão lingüística. Essa codificação pode ser mais ou menos explícita, dependendo da informação pragmática do falante.

A informação pragmática contém, como subparte, a hipótese do falante a respeito da informação pragmática do ouvinte, além de uma antecipação sobre o modo como o ouvinte provavelmente interpretará a expressão lingüística.

O ouvinte, por sua vez, procura reconstruir a intenção do falante na sua interpretação final do conteúdo. Nesse processo, é auxiliado por sua própria informação pragmática, que novamente contém a hipótese sobre a informação pragmática do falante como uma subparte própria.

A implicação mais importante dessa proposta, para a qual o autor chama a atenção, está, principalmente, no fato de que nenhum discurso pode ser interpretado apenas com base em seu conteúdo. Isso porque, nesse modelo, qualquer discurso passa a depender da informação contextual e de grande parte do conhecimento geral que o falante e o ouvinte possuem e parcialmente dividem entre si, ou seja, o *conhecimento comum* ou *partilhado*.

Conforme já se pode perceber, a teoria da interação verbal apresentada por Dik só poderá ser satisfatoriamente desenvolvida no contexto de uma teoria pragmática global, sendo que, dentro dela, a semântica e a sintaxe possam ser estudadas. Em seus próprios termos, requer-se que seja “pragmaticamente adequada” (Dik, 1989, p.6), muito embora o autor assuma que a linguagem só poderá funcionar comunicativamente por meio de arranjos estruturados sintaticamente. Ao mesmo tempo, a especificação gramatical de uma expressão inclui uma descrição semântica, haja vista que não se admite uma sintaxe autônoma.

Como resposta a toda essa demanda, Dik (1989) distingue diversas camadas de ordem formal, semântica e pragmática, na representação da estrutura oracional subjacente. Parte de um nível mais primário, a predicação, representando estado de coisas, concepção de alguma coisa que exista em algum mundo, determinada pelo que se diz e pela forma como o dito se organiza em esquemas de predicado.

Esses esquemas podem ser construídos, em um nível de organização mais alto, dentro de uma proposição, ao designarem “fatos possíveis”. Como a proposição é revestida de uma força ilocucionária, tem-se finalmente a oração, ato de fala propriamente dito, última camada de organização.

Mais detalhadamente, o autor propõe que, a partir de um primeiro nível, formado pelo predicado (f_i) e pelos argumentos ($x_i \dots k$), passa-se à predicação (e_i), o primeiro núcleo de uma estrutura oracional subjacente, que pode apresentar as seguintes subcamadas: predicação nuclear, predicação central e predicação estendida.

Na predicação nuclear, aplica-se um número de termos que preenchem as posições argumentais de um predicado; na predicação central, a predicação nuclear é estendida tanto por meio dos operadores de predicado de nível 1 (π_1), cuja função é indicar o aspecto e especificar a organização de tempo interna ao estado de coisas, quanto por meio dos satélites de nível 1 (σ_1), indicando modo, velocidade e instrumento. Caso se aplique às subcamadas anteriores os operadores de predicação de nível 2 (π_2), que localizam um estado de coisas temporal e cognitivamente, bem como os satélites de nível 2 (σ_2), tem-se, enfim, a predicação estendida.

A proposição (X_i) tem, de acordo com Dik (1989), por base de constituição, um conteúdo proposicional especificado pela predicação estendida, pelos operadores de nível 3 (π_3), que expressam a modalidade, e pelos satélites de nível 3 (σ_3), cuja função primordial é a especificação da avaliação feita pelo falante acerca do fato possível.

Finalmente a oração (E_i), o próprio ato de fala, compõe-se pela proposição, pelos operadores ilocucionários (π_4) de cunho declarativo, interrogativo ou imperativo, e pelos satélites de nível 4 (σ_4).

Esquemáticamente, a proposta de organização em camadas apresenta a configuração que segue:

Modificador gramatical		Camada	Modificador lexical
π_4 (ex: ilocução)	→	Oração (E_i)	← σ_4 (ex: <i>francamente</i>)
π_3 (ex: modalidade)	→	Proposição (X_i)	← σ_3 (ex: <i>provavelmente</i>)
π_2 (ex: tempo)	→	Predicação (c_i)	← σ_2 (ex: <i>cedo</i>)
π_1 (ex: aspecto)	→	Predicado (f_i) + Argumentos ($x_i \dots k$)	← σ_1 (ex: <i>cuidadosamente</i>)

Figura 2: Organização em camadas da GF (Adaptado de Mackenzie, 2000, p. 25)

O modo como a estrutura subjacente da oração é representada em camadas por Dik permite integrar seu modelo com a proposta de Halliday. O nível ideacional ou representacional de Halliday é representado, nas camadas, pela predicação, enquanto o nível interpessoal é marcado a partir da proposição, quando já se é possível rastrear uma relação entre o enunciador, o enunciatário e o conteúdo transmitido. As regras que operam no nível representacional são semânticas, enquanto aquelas que operam no nível interpessoal são principalmente as pragmáticas.

1.2 A Gramática Funcional do Discurso

As diretrizes gerais sobre as quais deve assentar-se a concretização de uma abordagem funcional do discurso estão contidas na proposta elaborada por Dik (1997). Essa abordagem é capaz de descrever uma estrutura hierarquicamente superior aos limites da oração, apresentando, simultaneamente, as influências do contexto não-lingüístico.

A fim de iniciar a discussão sobre um modelo de “Gramática Funcional do Discurso” e justificar a necessidade de fazê-lo, o autor parte da afirmação de que a Gramática Funcional busca descrever e explicar as línguas naturais de uma maneira pragmática e psicologicamente adequada.

Por adequação pragmática Dik (*op. cit.*) entende a maneira pela qual a descrição lingüística explica o fato de as línguas serem usadas com intenções comunicativas na interação verbal. Já a adequação psicológica refere-se ao grau de compatibilidade entre a descrição lingüística e o que se conhece a respeito dos processos mentais envolvidos na interpretação e produção das expressões lingüísticas.

As mencionadas condições de adequação podem ser resumidas, segundo Dik, dizendo-se que uma Gramática Funcional deveria ser considerada como um módulo em um modelo

integrado do usuário da língua natural (ULN). Aliado a outros módulos em um modelo geral, essa gramática deverá fazer entender de que modo os ULNs se comunicam uns com os outros pela interação verbal.

Mas o ponto fundamental nesse processo, capaz de justificar, na visão do autor, a preocupação com um modelo de gramática discursiva, está no fato de os usuários não se comunicarem por meio de orações isoladas, mas de as combinarem em períodos mais longos e complexos para os quais pode-se usar o termo genérico “discurso”. Em contraposição à Gramática Gerativa, Dik considera o discurso muito mais que uma seqüência arbitrária de orações; em suas próprias palavras, “mesmo que se tivesse uma teoria ótima da oração, ela ainda deixaria muito a desejar quando considerada como um componente em uma teoria mais ampla da competência comunicativa dos ULNs”⁷ (p.409).

Uma consequência direta das considerações acima apontadas é que, para a teoria da Gramática Funcional ser coerente com sua própria auto-imposição de padrões de adequação, ela deverá, indubitavelmente, explicar como as orações podem ser combinadas em períodos coerentes de discurso, falado ou escrito.

A fim de apontar as diretrizes sobre as quais deve se assentar a elaboração dessa tarefa, Dik apresenta três perspectivas distintas, porém complementares, cujos aprofundamentos compõem, basicamente, sua proposta de gramática discursiva.

A primeira consiste numa abordagem constitutiva do problema, voltada especialmente para a análise das decisões que o falante toma para sustentar períodos inteiros ao invés de orações individuais.

A segunda delas diz respeito à organização global de um discurso, agora considerado como um produto acabado. Trata-se da necessidade de discernir os diversos padrões estruturais dos discursos, seus níveis de organização e os tipos de unidades que podem ser

⁷ (...) even if we had an optimal theory of the clause, this theory would still leave much to be desired when considered as a component in a wider theory of NLU's communicative competence. (Dik, 1997, p.409)



estabelecidas nesses diferentes níveis, bem como as formas pelas quais essas unidades podem combinar-se em unidades maiores.

Na terceira perspectiva, que se relaciona à noção de coerência discursiva, Dik discute quais são os meios que estabelecem a coerência de um texto, seja no nível local, de continuidade inter-oracional, seja no nível global, de continuidade de episódios discursivos inteiros.

Uma discussão mais aprofundada sobre essas três perspectivas passa a ser o tópico, respectivamente, das seções 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3.

1.2.1 O discurso em termos globais: o fenômeno do escopo

Na construção de um discurso, segundo Dik (*op. cit.*), o falante toma diversas decisões que não afetam apenas isoladamente a oração seguinte, mas séries inteiras de orações de tamanhos variados. Tais decisões tomam o discurso inteiro, ou parte dele, por seu escopo.

A primeira dessas decisões, diz o autor, é a de iniciar ou não um evento discursivo. Ao iniciá-lo, o falante automaticamente se compromete com uma série de conseqüências, uma vez que qualquer discurso é inserido em um evento de discurso (ou evento de fala), no interior do qual seu conteúdo é desenvolvido. Ao longo desse percurso, permanece-se dentro dos limites impostos pelo evento, sendo que várias atividades realizadas durante a produção do conteúdo discursivo real referem-se mais a este evento que à camada do conteúdo.

De acordo com Hymes (1972 *apud* Dik 1997, p.416), um evento discursivo é sempre social, interpessoal, definido por convenções e instituições que controlam pelo menos os seguintes parâmetros: i) os participantes Falante(s) e Ouvinte(s) e suas relações mútuas; ii) os direitos e deveres dos participantes, tanto no que se refere à interação (quem pode quando e

onde se pode falar) quanto ao conteúdo (quem pode dizer o que, quando e onde); iii) o tempo, lugar e cenário da fala.

Postas as considerações acima, fica claro que a decisão de iniciar um evento discursivo pode normalmente não ser realizada pela produção de uma única oração.

Paralelamente o termo “discurso”, utilizado indiscriminadamente até o presente momento, engloba várias modalidades que necessitam ser distinguidas. Como são diversas as atividades sociais vivenciadas pelos grupos, a produção de linguagem também o é; daí o fato de se contar com uma variedade infinita de discursos, cada um deles respondendo às necessidades próprias das diferentes situações de interação social.

Para Bakhtin (1994), os discursos são vários e infinitos, mas organizados, pois cada esfera de utilização da língua elabora tipos “relativamente estáveis” a que ele chama de *gêneros de discurso*. Tais gêneros são classificados por Dik (*op. cit.*) dentro de alguns parâmetros, como o meio (discurso falado ou escrito), participação (monólogo, diálogo, etc.), relação entre os participantes (face a face, semi-direta ou indireta), grau de formalidade do estilo da interação (mais formal ou menos formal) e proposta comunicativa (narração, argumentação, etc.).

A escolha de um gênero tem implicações importantes, na visão de Dik, para a construção do discurso, tanto globalmente, no nível da macroestrutura, quanto localmente, no nível da microestrutura das orações individuais ou até mesmo de constituintes de nível mais baixo.

É essa escolha que impõe certos limites, por exemplo, no *estilo* que será utilizado na implantação do gênero. Dessa forma, em uma conferência, por exemplo, marcada pela formalidade e natureza em geral argumentativa, dificilmente o falante tomará a decisão de desenvolvê-la em tom descontraído.

1.2.2 As estruturas globais do discurso

A proposta de análise da estrutura discursiva elaborada por Dik, agora considerando o discurso como um produto acabado, apresenta diversas semelhanças em relação à representação, proposta pelo mesmo autor, da estrutura oracional subjacente. Não por acaso, no entanto, ambas as estruturas podem ser comparadas; há dois fortes pontos de contato, que passam a ser apresentados abaixo.

Dentro da estrutura da oração, diz o autor, é possível distinguir dois tipos de complexidades. Primeiramente, a estrutura da oração como um todo consiste em um esquema organizado hierarquicamente no qual camadas de nível mais alto incluem, e portanto tomam por escopo, camadas de nível mais baixo. Em segundo lugar, assume-se a possibilidade de haver várias formas de recursividade dentro da oração. É plausível falar em recursividade quando, nas palavras de Dik (1997, p.424), “dentro de uma estrutura de tipo X, uma nova estrutura (encaixada) de tipo X pode ser iniciada”⁸.

Esses dois tipos de complexidade podem se mostrar relevantes também para o nível do discurso. Da mesma forma, podem-se discernir diferentes camadas de organização funcionalmente diferenciadas, de modo que camadas superiores tomam camadas inferiores por escopo. Além disso, também se encontram formas de recursividade no nível do discurso.

No que se refere exclusivamente à proposta de camadas discursivas, Dik (1997, p.425) apresenta inicialmente as seguintes distinções⁹: na camada interpessoal o evento discursivo engloba tanto o aspecto interacional, no que se refere aos fatores discursivos que relatam a interação entre F e O, quanto o atitudinal, concernente aos aspectos do discurso que relatam a atitude (emocional ou crítica) de F e O em relação ao discurso e a avaliação que dele fazem.

⁸ (...) within a structure of type X, a new (embedded) structure of type X may be initiated (Dik, 1997, p.424).

⁹ Como se poderá perceber, Dik se vale amplamente das “funções” da linguagem apresentadas por Halliday (1978) para a elaboração desse modelo. Além desse aspecto, remete o leitor a diferentes propostas de camadas discursivas, como a de Schiffrin (1987), que será apresentada posteriormente neste trabalho e, para todos os efeitos, o modelo aqui adotado.

Paralelamente, na camada representacional, o evento discursivo se organiza em termos de um ponto de vista organizacional, caso se enfoquem os aspectos do discurso que relatam o modo como o conteúdo é organizado, e ainda em termos de conteúdo, no que diz respeito aos elementos discursivos pelos quais o conteúdo real é transmitido, isto é, os Fatos e Estados de Coisas tratados dentro do discurso, incluindo os participantes.

Conforme mencionado anteriormente, a complexidade no discurso também pode estar atrelada ao fenômeno da recursividade¹⁰, nas situações em que, nas palavras de Dik (1997, p.427), “uma unidade do tipo U pode conter uma sub-unidade de mesmo tipo, de modo que, dentro de U, a organização típica de U pode retornar”¹¹.

A fim de tornar essa explanação mais clara, Dik apresenta alguns exemplos, tal como o do argumento que pode conter vários outros sub-argumentos, cada um seguindo os mesmos passos que o argumento como um todo. Do mesmo modo, é admissível que uma sequência de turnos contenha uma subsequência, que pode, por sua vez, conter outra subsequência, etc.

Vale a pena salientar, conforme faz o autor, que cada transição para dentro e para fora de tais subunidades manifesta a propriedade de ser marcada por diferentes mecanismos. No caso de organização recursiva do discurso, Polanyi e Scha (1983 *apud* Dik 1997) falam de marcadores de entrada [*push markers*] (marcando a entrada em uma sub-unidade) e marcadores de saída [*pop markers*] (marcando a saída de uma sub-unidade).

As unidades discursivas, cada uma ocupando diferentes níveis hierárquicos, compõem subdivisões de um evento discursivo em termos globais. Considerando a importância de distingui-las, Dik propõe o seguinte esquema geral:

¹⁰ A idéia de recursividade, fenômeno detectável quando unidades de nível mais alto contêm outras de nível mais baixo, qualitativamente do mesmo tipo, foi desenvolvida, especialmente, por Polanyi e Scha (1983 *apud* Dik, 1997).

¹¹ A unit of type U may contain a sub-unit of the same type U, so that, within U, the organization typical of U may return. (Dik, 1997, p.427)

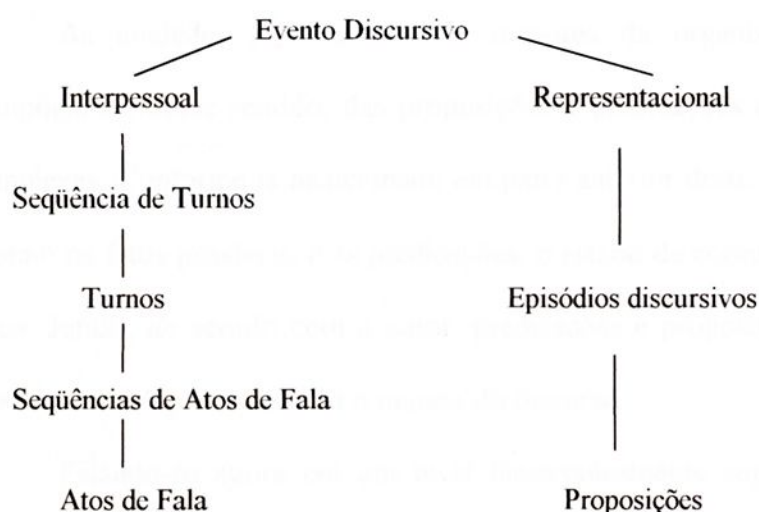


Figura 3: As distinções das unidades discursivas (Adaptado de Dik, 1997, p.428)

De acordo com o autor, a menor unidade no nível interpessoal é o ato de fala, representado por uma única oração (simples ou complexa). Atos de fala podem perfeitamente ser combinados em seqüências de nível superior, constituídas por dois ou mais atos de fala que, de qualquer forma, são interdependentes, em uma relação funcional.

Um turno, definido por Dik (1997, p.429) “como um período de fala do mesmo falante”¹², pode consistir em um único ato de fala, mas também em uma série (ou seqüência) de atos de fala. Quando dois turnos dependem um do outro pela própria realização de suas funções, tem-se o chamado “par adjacente”, constituindo assim uma unidade interacional acima do turno único¹³.

Paralelamente, conforme é possível observar no esquema acima, executa-se também o conteúdo do discurso no interior do evento discursivo. Pela perspectiva do conteúdo, novamente, segundo Dik, o discurso possui uma estrutura hierárquica na qual se podem distinguir camadas diferentes.

¹² One stretch of talk of the same speaker. (Dik 1997, p.429)

¹³ A noção de “par adjacente”, elaborada por Schegloff (1972), é central para a análise da conversação, e já foi devidamente tratada, neste trabalho, na seção 1.1.

As unidades representacionais menores da organização do conteúdo discursivo compõem-se, nesse sentido, das proposições e predicções contidas em orações simples ou complexas. Conforme já mencionado em parte anterior deste mesmo trabalho, as proposições captam os fatos possíveis, e as predicções, o estado de coisas que formam o conteúdo desses fatos. Juntas, de acordo com o autor, predicções e proposições são usadas para elaborar o modelo mental que reconstrói o mundo do discurso.

Falando-se agora em um nível hierarquicamente superior, o conteúdo do discurso como um todo pode ser dividido em diferentes episódios e sub-episódios. Pode-se pensar na distinção entre os diferentes episódios do discurso em termos dos papéis que cada um deles desempenha na constituição do conteúdo total: caso um falante inicie um evento discursivo, como o de contar uma história, por exemplo, impreterivelmente terá de passar por episódios diferentes que, juntos, constituem a história real, tal como a introdução, resumo, descrição do cenário, das personagens e do problema, a narração dos eventos e, posteriormente, avaliação, resolução, epílogo e conclusão.

Uma última observação referente à explicação propriamente dita do modelo acima torna-se aqui estritamente necessária: a de que as diferentes unidades dos níveis interpessoal e representacional não coincidem, necessariamente, uma a uma. A esse respeito, é plausível pensar que em uma conversação, por exemplo, um certo episódio discursivo pode perfeitamente ser tratado em uma sequência de turnos, na qual falante e ouvinte cooperam em tratar de um certo tópico ou subtópico discursivo. Analogamente, um episódio todo pode ser tratado em um turno do falante, ou até mesmo episódios diferentes podem ser combinados em um turno único.

Fica evidente, portanto, que a estrutura da interação e a estrutura do conteúdo do discurso são apenas parcialmente independentes. No nível mais baixo, novamente, segundo

Dik, um ato de fala pode conter uma única proposição, ou proposições diferentes em alguma relação de coordenação ou subordinação.

1.2.3 A coerência discursiva

A terceira e última perspectiva a partir da qual Dik aborda a estrutura do discurso provém da noção de *coerência*. Nesse sentido, assume a hipótese de que, sendo o ouvinte verdadeiro intérprete da informação verbal transmitida, pretende-se chegar sempre a uma interpretação coerente do texto. Dessa maneira, quanto mais o texto oferecer seus próprios sinais de coerência, tanto melhor. Mas, caso isso não ocorra, o ouvinte lança mão das chamadas “suposições de ligação”, a fim de chegar a uma interpretação coerente final.

Sob forte influência do ponto de vista adotado em outros trabalhos de orientação funcionalista, em particular os de Halliday e Hasan (1976) e Halliday (1985), o autor procura descrever, nessa seção, os diversos tipos de fatores que contribuem definitivamente para a coerência discursiva, tanto no que se refere ao seqüenciamento local de orações (*coerência local*) quanto em termos do seqüenciamento das unidades discursivas mais globais (*coerência global*).

Para efeitos deste trabalho, no entanto, apresentar-se-á por ora de maneira bem sucinta aquilo que se avaliou mais relevante dentre todas as considerações apontadas por Dik. Isso porque a descrição das diversas relações coesivas estabelecidas pelo conectivo *mas*, o tema central do próximo capítulo, abrange parte dos conceitos aqui desenvolvidos pelo autor, de tal forma que estes serão oportunamente expostos em concomitância com a descrição do conectivo.

Uma fonte de coerência importante no discurso, na visão de Dik, deriva dos chamados casos de *frames*. No sentido dado por Minsky (1975 *apud* Dik, 1997), um *frame* corresponde

ao conhecimento organizado sobre o que pode ser dito dentro de um dado cenário institucional; mais precisamente, pode ser descrito como “uma representação mental estruturada de ações e eventos de fala aceitáveis em relação a um dado cenário social” (Dik, 1997, p.434)¹⁴.

Seguindo a linha de raciocínio apresentada pela definição acima, fica evidente que a noção de *frame* está ligada a mecanismos cognitivos que influem diretamente no processo de compreensão da linguagem, a partir das pistas encontradas em qualquer tipo de texto (cf. Preti, 1999).

Nesse sentido, torna-se plausível admitir que os participantes da interação dispõem de um repertório de *frames* armazenados em seu conhecimento prévio geral, que podem ser utilizados, de acordo com Dik, tanto para a avaliação da coerência de um dado discurso em termos da compatibilidade com as condições impostas pelos *frames* mais relevantes, quanto para criar a coerência discursiva pelo preenchimento das suposições de ligação do *frame* em relação aos aspectos não explicitados no texto.

1.3 A Discursivização

Ao assumir a existência de uma relação intrínseca entre a estrutura e o uso da língua, a gramática passa a ser concebida, do ponto de vista da Teoria Funcional, como algo maleável, emergente, motivado pela situação comunicativa e pela função cognitiva, envolvendo de forma articulada os níveis da semântica proposicional (oração) e da pragmática discursiva (coerência textual) (cf. Givón, 1995 *apud* Gorsky *et. al.*, 2003).

Essa visão dinâmica da gramática pressupõe que as línguas estão continuamente em processo de mudança, decorrente tanto de pressões de uso quanto de pressões do próprio

¹⁴ a structured mental representation of acceptable actions and speech events in relation to a given institutional setting. (Dik, 1997, p.434)

sistema gramatical. E é justamente sob esses processos que tem recaído, já há algum tempo na pesquisa lingüística, o foco central de interesse do conjunto de estudos englobados no rótulo “Paradigma da Gramaticalização”.

Retomando os propósitos gerais que norteiam este trabalho desde seu início, interessa aqui sobretudo um processo especial de mudança, propriamente o da “discursivização”. Trata-se de um processo de mudança que, conforme mencionado anteriormente, leva os elementos lingüísticos a assumirem a função de marcador discursivo¹⁵, atuando basicamente no processamento do discurso e na interação entre os interlocutores (cf. Martelotta *et. al.*, 1996).

De acordo com Martelotta *et. al.* (*op. cit.*), a discursivização é motivada pela própria natureza fluida da fala, que por ser planejada localmente, impõe maior dificuldade de manter a mesma linearidade verificada na escrita. Nesse sentido, a fala é marcada por constantes pós-reflexões, reavaliações e adendos, ou seja, por uma freqüente reorganização.

Como o falante necessita de elementos que marquem estratégias interativas no sentido de reorganizar o fluxo do pensamento e, ao mesmo tempo, registrar essa reorganização para o ouvinte, têm-se os processos de discursivização, por meio dos quais basicamente são gerados marcadores discursivos, cuja função básica é a de preencher as necessidades apontadas acima.

Faz-se importante destacar dois aspectos centrais observados por Martelotta *et. al.* (*op. cit.*). O primeiro deles diz respeito ao fato de que, em função dos próprios objetivos designados aos elementos lingüísticos em processo de discursivização, pode-se dizer, caso se estabeleça uma espécie de escala, que os marcadores discursivos preenchedores de pausa ocupam os estágios mais avançados. Essa afirmação tem por embasamento principal o fato de serem essas ocorrências as que guardam menos características de seus usos originais.

Paralelamente, vale destacar que, de acordo com os autores, os elementos em discursivização provêm geralmente do léxico, e, muitas vezes, da própria gramática.

¹⁵ A devida conceituação de “marcadores discursivos” será apresentada na próxima seção.



Referência praticamente obrigatória nos estudos recentes sobre gramaticalização, as considerações elaboradas por Sweetser (1991) podem embasar também a análise do processo de discursivização apresentada no presente trabalho, na medida em que a autora se esforça por propor uma abordagem unificada a todo e qualquer tipo de processo que envolva mudança de significado.

Com uma teoria de orientação cognitivista, Sweetser (*op. cit.*) consegue mostrar que há um sistema bem estruturado, cuja base é metafórica¹⁶, caracterizando uma espécie de “tendência geral”, que norteia a utilização da linguagem do mundo externo, sócio-físico, para que se fale do mundo mental interno, psicológico, emocional do falante.

Nesse sentido, a autora postula a existência de, pelo menos, três diferentes domínios ou níveis semântico-pragmáticos: níveis referencial (ou sócio-físico), epistêmico (raciocínio lógico) e conversacional (atos de fala). Os diversos significados das palavras polissêmicas podem ser entendidos como resultado do estabelecimento de relações metafóricas pertencentes a esses três domínios, seguindo uma trajetória unidirecional de crescente abstratização (nível referencial > epistêmico > conversacional).

Nesses processos, emergem duas possibilidades para explicar a aplicação de uma mesma palavra a mais de um nível. A primeira delas é a de que determinada palavra apresente um valor semântico único, variando pragmaticamente, conforme o contexto, entre os diversos domínios de aplicação. Trata-se do fenômeno que Horn (1985, *apud* Sweetser, 1991), denomina ambigüidade pragmática. Nesse caso, conforme lembra Penhavel (2002), o que varia é o uso e não o sentido.

¹⁶ Nos estudos desenvolvidos na linha da Semântica Cognitiva, dentre os quais se enquadra o de Sweetser (*op. cit.*), os mecanismos metafóricos são considerados a força central nos processos de transferência de significado e estruturação semântica, sendo tais mecanismos geralmente entendidos como processos cognitivos que permitem mapear esquemas, aprendidos diretamente pelo corpo do homem, em domínios mais abstratos, cuja experimentação é indireta (Oliveira, 2001).

Uma outra possibilidade é a de que esse mesmo processo cognitivo esteja na base de um outro, o da mudança diacrônica do significado da palavra. Aqui se verifica uma mudança semântica efetiva, por meio de estágios de polissemia, resultantes dos usos metafóricos de uma mesma palavra entre os três diferentes domínios conceituais. Após esses estágios, as novas noções assumidas pela palavra se cristalizam, enquanto os aspectos relacionados ao significado original são abandonados.

Esse ponto de vista converge com o de Hopper (1991, *apud* Gorsky *et. al.*, 2003); de acordo com o autor, em processos como o da gramaticalização, e, por conseguinte, da discursivização, novas camadas funcionais emergem continuamente, enquanto as antigas tanto podem ser descartadas quanto podem continuar coexistindo e interagindo com as novas.

Sweetser (*op. cit.*) elaborou uma análise detalhada da atuação de diversas conjunções no contexto dos três planos mencionados. Dentre elas foi estudada a conjunção *but* do inglês, similar à forma portuguesa *mas*, tema deste trabalho. Embora tenha tratado do conectivo apenas no nível oracional, considerou-se relevante apontar aqui algumas de suas considerações sobre o assunto, uma vez que demonstram os indícios de um primeiro espriamento funcional do conectivo.

Na visão da autora as conjunções atuam tanto no nível do conteúdo, coordenando idéias e servindo como mecanismo para construção de texto, quanto no nível pragmático, como mecanismo interacional de caráter epistêmico ou do conteúdo ilocucionário. As conjunções seriam ambíguas por atuarem nesses três domínios: no plano do conteúdo, em que estabelecem algum tipo de relação entre eventos ou estados do mundo real, concreto; no plano epistêmico, no qual estabelece uma relação lógica entre premissas e conclusões referentes ao mundo mental (crença, expectativa) do falante e no plano conversacional, em que a conjunção estabelece uma relação, também mental, entre atos de fala.



No caso específico de *but*, Sweetser afirma que o conectivo relaciona idéias que, em algum sentido, “contrastam” ou “colidem”. A autora ainda acrescenta que esse contraste só pode ocorrer nos domínios epistêmico e conversacional. É o que se pode observar nos exemplos por ela apresentados:

- (1) Você sabe se a Mary vai estar por aqui às nove da noite?

Resposta: Bem, ela quase sempre está por aqui, **mas** eu sei que ela tem muito trabalho na biblioteca. Então eu não tenho certeza.

- (2) Por favor procure o número do telefone – **mas** não se aborreça se isso tomar mais que alguns minutos.¹⁷

No exemplo (1), o fato de Mary quase sempre estar por perto leva à conclusão de que, como é usual, ela estaria por ali durante a noite. No entanto, essa conclusão contrasta com outra introduzida por *mas*, de acordo com a qual, como naquele dia especificamente há muito serviço na biblioteca, ela poderá não aparecer. Nesse caso, uma premissa disponível colide com uma conclusão aparentemente necessária, configurando assim uma interpretação típica do domínio epistêmico.

Já o exemplo (2) é de natureza diferente. Nele, ocorre uma colisão entre duas intenções distintas de atos de fala, o que o coloca como característico do domínio conversacional: o pedido ou ordem inicial para que o ouvinte procure o número do telefone contrasta com o ato de fala posterior, praticamente uma contra-ordem, representada pela condicionalidade.

Nesse ponto da discussão, poder-se-ia, enfim, questionar o papel assumido por *but* no domínio do conteúdo. Vale considerar que, na pesquisa elaborada, a autora não encontrou nenhuma ocorrência dessa conjunção que poderia ser enquadrada, sem questionamentos, no

¹⁷ (1) Do you know if Mary will be in by nine this evening ?

Answer: Well, she's nearly always in by then, but (I know) she has a lot of work to do at the library. So I'm not sure.

(2) (Please) look up that phone number – but don't bother if it will take you more than a few minutes.

domínio mencionado. Por isso, embora não afirme categoricamente a impossibilidade dessa atuação, Sweetser questiona a possibilidade de contraste, oposição ou discordância se darem fora do domínio mental do falante.

É importante salientar que, conforme mencionado anteriormente, as considerações apresentadas por Sweetser acerca de *mas* limitam-se ao nível da oração. Este trabalho procura sustentar primordialmente que o conectivo vem assumindo outras funções relevantes em um nível estruturalmente mais alto, propriamente o do discurso. Uma descrição do estatuto funcional desses outros usos passa a ser o enfoque da próxima seção.



CAPÍTULO II

MAS: UM SÓ ELEMENTO PARA MÚLTIPLOS PAPÉIS

2.1 *Mas* relator coordenador, conector e constituinte extra-oracional

No português brasileiro falado, o conectivo *mas* vem apresentando um conjunto cada vez mais diversificado de funções não contemplado pela tradição gramatical. Essa diversidade está principalmente relacionada ao fato de que, em muitas ocorrências, *mas* deixa de estar integrado à estrutura sintática do enunciado para funcionar em segmentos discursivos mais amplos, fenômeno não tratado pela gramática tradicional, que centra os seus estudos nos limites da sentença.

Ao se trabalhar com dados da língua falada, percebe-se facilmente que a atuação intrasentencial do coordenador adversativo corresponde apenas a uma parte do total das funções desempenhadas. É possível observar que, na maioria dos casos, *mas* extravasa o nível do período e atua na articulação de unidades maiores, funcionando no nível, estruturalmente superior, da organização textual-discursiva. Trata-se do momento em que o conector adversativo passa de conjunção a marcador discursivo, desempenhando papel fundamental na estruturação do texto em termos globais, tanto no nível ideacional quanto no nível interpessoal. É justamente esse processo que sustenta a hipótese de discursivização aqui defendida.

Assumindo o mencionado fenômeno como objeto de análise, torna-se necessário, como consequência direta, romper com a classificação tradicional proposta para o conector de “conjunção coordenativa adversativa” e oferecer, como alternativa teórica, a abordagem funcionalista no estudo das relações coesivas, o que diz respeito, como se viu anteriormente, a um tratamento que inclui necessariamente uma “gramática funcional do discurso”.

Na gramática tradicional a única relação descrita é a de conjunção, entendendo por “conjunções” “vocábulos que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração” (Cunha e Cintra, 1985, p.565), e por “conjunções coordenativas adversativas” aquelas “que ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste” (Cunha e Cintra, 1985, p.566).

Já a gramática funcional em geral distingue “conjunção” de outras relações coesivas, partindo do grau de coesão e da abrangência fórica; assume que, em contraposição a outros mecanismos de ligação, as conjunções estabelecem um grau maior de coesão, atuando sempre entre duas orações ou entre elementos delas, sinalizando relações.

Garcia (2002), por exemplo, pesquisou o caso de *mas* como conjunção adversativa, restringindo-se à junção de estados de coisas. Mesmo nesse âmbito, detectou usos que se afastam do normativo, estabelecido pelas gramáticas de cunho tradicional.

No enfoque dado por Halliday & Hasan (1976), o termo “conjunção” é definido como uma “especificação do modo pelo qual o que vai seguir-se está sistematicamente ligado com o que veio antes”¹⁸ (p. 227). Na visão dos autores, as conjunções são elementos coesivos não por si mesmos, mas indiretamente, em função dos significados específicos que pressupõem a presença de outros componentes no discurso. Trata-se de elementos integrantes de um componente altamente generalizado dentro do sistema semântico e que refletem a expansão da língua, representando relações gerais que envolvem diversas linhas de significados com efeitos inerentemente coesivos.

É interessante notar que os autores falam em “linhas de significado” no tratamento das conjunções, o que denota um ponto de vista bastante distinto do tradicional. Isso porque, conforme aponta Ilari (1995), a tradição gramatical normativa não atenta para os aspectos semânticos e funcionais das conjunções, na medida em que as considera como algo externo às

¹⁸ a specification of the way in which what is to follow is systematically connected to what has gone before. (Halliday e Hasan, 1976, p.227)

orações que conecta, como elementos que não interferem de modo significativo nas sentenças que articulam sintaticamente.

Mais interessante ainda é a ligação proposta por Halliday e Hasan (1976) entre as relações coesivas e as “funções” da linguagem apresentadas por Halliday (1978). Na visão dos autores, os elementos conjuntivos, sejam eles de natureza aditiva, adversativa, temporal ou causal, ocorrem em dois planos: externo, quando dizem respeito ao que é experimental do falante, e interno, quando estabelece alguma relação entre o falante e a própria situação discursiva.

O primeiro caso está intimamente ligado às funções ideacional e textual, na medida em que se trata da organização das idéias e da organização interna do discurso como um todo. O segundo caso, no entanto, relaciona-se à função interpessoal, justamente por atuar na organização do evento de fala em si mesmo.

Tratando especificamente do conectivo *but*, tema central deste estudo, Halliday e Hasan enquadram-no, ao lado de *yet* (ainda), *though* (embora), *however* (porém), *only* (exceto), *despite this* (apesar de), *nevertheless* (contudo), *all the same* (não obstante), nas relações ditas “adversativas”, mais especificamente nas “adversativas propriamente ditas”, atuando tanto no plano interno quanto no externo, e no conjunto das “contrastivas externas”, que engloba também *however* (porém), *on the other hand* (por outro lado), *at the same time* (apesar de), *as against that* (em oposição a).

O fato de as relações adversativas serem englobadas tanto pelo plano interno quanto pelo externo é explicável primordialmente em função do próprio significado básico de “adversativa”, relacionado com algo contrário a uma expectativa. Halliday e Hasan (*op. cit.*) afirmam que essa expectativa pode ser criada tanto pelo conteúdo do que é dito quanto pelo próprio processo de comunicação, na situação falante-ouvinte, ou seja, tanto no plano interno

quanto no plano externo¹⁹. Os autores ainda acrescentam que, além da relação adversativa, a palavra *but* contém um significado lógico de adição, como se nessa forma estivesse implícita a idéia “e contudo” (Halliday & Hasan, 1976, p. 237).

A gramática funcional de Dik (1989, 1997) apresenta três funções distintas que podem ser desempenhadas pelo conectivo *mas*. Essa distinção se tornará básica neste trabalho para a descrição do conectivo, uma vez que aqui se credita a ela a capacidade operacional de englobar a maioria das ocorrências presentes no corpus.

De acordo com esse modelo, pode-se dizer que *mas* aparece exercendo três tipos de função: a função de relator coordenador, a função de conector (marcador discursivo) e a de constituente extra-oracional (marcador conversacional).

Os relatores são os elementos funcionalmente mais próximos daqueles que a gramática tradicional denomina “conjunção”. Definem-se por elementos gramaticais que servem para ligar dois constituintes juntos e/ou marcar a função de um constituinte como especificado na estrutura subjacente da oração (Dik, 1989, p.339). Os relatores coordenadores ligam dois ou mais *relata* de mesma ordem hierárquica, sem formar um constituinte com qualquer um deles.

Tomando por base a complexa rede de relações que se estabelecem entre as diversas camadas apresentadas no seu modelo de gramática, Dik (1997, p.189) define especificamente a coordenação como uma “construção que consiste em dois ou mais membros funcionalmente equivalentes, colocados no mesmo nível de estrutura por meio do mecanismo de ligação”²⁰. Isso significa que, para o autor, o relator pode estabelecer relações de coordenação em cada uma das camadas: é possível que estabeleça a coordenação entre duas proposições, duas predicções, entre os próprios termos (argumentos e satélites), coordene relações entre dois predicados distintos, entre orações ou ainda entre restritores.

¹⁹ A fim de se evitar confusões, é importante salientar que, na terminologia adotada por Halliday e Hasan, (*op. cit.*) “externo” refere-se ao plano ideacional, ou do conteúdo, enquanto o termo “interno” está atrelado ao plano interpeçoal.

²⁰ a construction consisting of two or more members which are functionally equivalent, bound together at the same level of structure by means of a linking device (Dik, 1997, p.189).

A equivalência funcional significa que os membros coordenados devem ter as mesmas funções sintática, semântica e pragmática (Dik, 1997).

Esquemáticamente, o autor define a relação de coordenação por meio da representação geral $CO \rightarrow M_1 \& M_2 \& \dots \& M_n$, em que CO simboliza a coordenação como um todo, M representa os membros coordenados e $\&$ o mecanismo de ligação por meio do qual os membros são coordenados.

Os exemplos abaixo apresentam ocorrências de *mas* atuando como relator coordenador, contrastando duas orações de valor semelhante em uma estrutura do tipo [relatum] R [relatum]:

(3) Inf ... [ela existe:] **mas** [ela não é vivente...] certo? (EF-SP-405:119)

(4) Inf ... porque [às vezes agora a gente precisa tomar sopa de pedregulho né?...] **mas** [a gente põe algumas outras coisas para melhorar o gosto...] (EF-SP-405:123-124)

(5) L1 a p/ a p/ é...[a programação...havia sido planejada...] **mas** [não deu certo...] (D2-SP-360:7-8)

Uma outra função coesiva desempenhada pelo conectivo *mas*, agora não mais de caráter local, mas global, ou seja, mais relacionada à coerência do discurso como todo, é a de conector. De acordo com Dik (1997), um conector assume a função básica de estabelecer a ligação de uma nova oração ao que a precede, e, simultaneamente, especificar a relação semântica e pragmática entre esses elementos.

A diferença entre o conector e o relator coordenador está no fato de o conector estabelecer ligação entre uma nova oração, ou até porções textuais maiores, a uma outra



unidade discursiva precedente, também maior que a oração. Por esse motivo, não podem ser equiparados aos relatores, que assumem função inter-oracional²¹.

Abaixo, tem-se visivelmente uma ocorrência de *mas* conector:

- (6) Inf ... e hoje quando a gente senta... e:: para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente pára aquela vida cotidiana da gente... a gente se tranca em algum ambiente se possível põe um aventalão:: e se fantasia de artista... é algo desligado de nossa vida quer dizer é uma faceta que a gente assume um papel novo... agora neste momento eu vou trabalhar com barro vou fazer minhas criações ou eu vou pintar um quadro... ou eu vou fazer ahn uma::... JOia... certo? **mas** é:: uma faceta... MUIta especial da vida da gente... da qual a gente tem que desligar todos os interesses práticos... certo?... (EF-SP-405:82-88)

Mas em “*mas é uma faceta muito especial da vida da gente da qual a gente tem que desligar todos os interesses práticos*” contrapõe essa porção textual a todo o episódio discursivo anterior, no qual o informante, a fim de justificar a diferença entre fazer arte hoje e fazer no Paleolítico, faz um parêntese para criar uma situação concreta de momento artístico na contemporaneidade. Por meio de *mas*, além de retomar o ponto central de sua argumentação, o de que *é uma faceta muito especial da vida da gente*, reforça a hipótese de que, embora ainda seja possível momentos desse tipo, há uma diferença essencial entre o presente e o passado, à medida que, hoje, faz-se necessário abstrair dos interesses práticos, enquanto no Paleolítico a própria arte estava a serviço da sobrevivência.

Na literatura corrente acerca do assunto, o conector é conhecido por uma grande variedade de nomes, como por exemplo “conjunção”, em Quirk *et al.* (1972 *apud* Dik, 1997); “marcador discursivo”, em Schiffrin (1987). Por isso, Dik prefere seguir Pinkster (1988 *apud* Dik 1997) que os chama de “conectores”²² ou “marcadores discursivos”²³.

²¹ Em nota de rodapé, Dik (1997, p.441) remete o leitor à análise elaborada por Schiffrin (1987) sobre os marcadores discursivos “and”, “but” e “or”, a fim de tornar mais clara a noção de conectores. Com isso, equipara as duas noções, ou seja, a de “conector” com a de “marcador discursivo”. Por esse motivo, a mencionada análise tornou-se parte integrante deste trabalho, e será detalhadamente apresentada mais adiante.

²² Faz-se interessante salientar, conforme Camacho e Penhavel (2003), que o termo ‘conector’ cobre parcialmente o recurso coesivo denominado “conjunção” por Halliday e Hasan (1973). Além da conjunção, ou conexão, os principais fatores de coesão textual, sugeridos por esses autores, são a referência, a substituição, a

Sob o rótulo “marcadores discursivos”, no entanto, é possível distinguir dois planos de atuação, não necessariamente exclusivos, antes quase sempre interrelacionados, conforme seu envolvimento maior com a organização da informação, na estrutura ideacional do discurso (a camada representacional, na terminologia adotada por Dik (1997)), ou com a organização das relações entre os interlocutores, na estrutura interpessoal (a camada interpessoal de Dik (*op. cit.*)).

Com foco maior no primeiro plano, situam-se aquelas unidades seqüenciadoras mais diretamente comprometidas com o estabelecimento das relações coesivas entre partes do texto, mediante os processos de abertura, encaminhamento, retomada e fecho de tópicos. De acordo com Risso (1996), incluem-se aqui, além de algumas expressões e vocábulos normalmente inventariados pelas gramáticas dentro da classe dos advérbios, determinadas conjunções, dentre elas *mas*.

No exemplo (7) tem-se um caso típico de *mas* atuando como um conector com função textual:

- (7) Inf ... então a arte vai nascer:: em função dessa NEcessidade... de se manter vivo... necessidade que vai se caracterizar de forma PRINcipal:: em termos de comida... isto é de caça... que é o que oferece... uma resistência porque a:: fruta está lá então eles não precisavam se preocupar... certo? se a:: fruta... éh se eles iam conseguir a fruta ou não... **mas** a caça pode fugir:: a caça pode atacar... então a preocupação central... vai ser em torno da caça... (EF-SP-405:61-65)

elipse e a coesão lexical. Diferentemente das demais relações coesivas, a conjunção não estabelece uma relação anafórica, já que elementos conjuntivos, ou conectores, não são, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, coesivos por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações semânticas específicas que estabelecem entre as orações ou entre unidades textuais ainda maiores no interior do texto. Os elementos conjuntivos, que abrangem advérbios e locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas, incluem também as conjunções e locuções conjuntivas, o que implica os relatores e os conectores na visão de Dik (1997).

²³ A fim de ser coerente com o enfoque adotado, que é o da teoria da Gramática Funcional, adota-se para todos os efeitos neste trabalho a terminologia “conector”, embora se reconheça que a denominação “marcador discursivo” é mais consensual na literatura corrente.

Além do contraponto entre as dificuldades do homem pré-histórico em conseguir a caça em relação a fruta, o conector estabelece também o retorno do falante ao ponto central da sua argumentação: a resistência imposta pela caça que proporciona o surgimento da arte.

Com incidência preponderante no segundo plano acima referido, enquadram-se os constituintes que, nos estudos da conversação, convencionou-se chamar “marcadores conversacionais”. Trata-se de elementos cuja função é de natureza essencialmente discursiva, plano em que podem atuar no controle da interação, na especificação das atitudes dos interlocutores, na organização ou na execução do próprio discurso. Conforme será demonstrado mais adiante, *mas* também atua nesse plano, como estratégia para manter, assaltar ou passar o turno conversacional.

Uma definição desses marcadores foi elaborada por Preti (1999), e aceita como consensual pelo Projeto Norma Urbana Culta, nos seguintes termos:

“Vocábulos ou expressões fixas e estereotipadas, que podem ser desprovidas de seu conteúdo semântico e de sua função sintática, e que permitem ao falante tomar e iniciar o turno, mantê-lo e encerrá-lo, bem como envolver os parceiros na conversação. São elementos típicos da fala, que funcionam como articuladores das unidades cognitivo-informativas do texto e como elementos orientadores da interação.” (p.233)

Sentindo a necessidade do estabelecimento de traços básicos identificadores do estatuto dos marcadores discursivos, capazes de conduzir a uma definição mais precisa e operacionalmente viável de sua natureza, Risso (1993) procede a um levantamento de unidades que têm sido, consensualmente ou não, apontadas, de maneira bastante genérica, como marcadores discursivos e, após submetê-las a análise, estabelece os seguintes traços definidores:

- (i) como mecanismos verbais da enunciação, atuam no plano da enunciação textual-interativa, com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais – quando o foco funcional não está no seqüenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando a dominante deixa de estar no eixo da interação;

- (ii) operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo; por isso mesmo, são exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos;
- (iii) manifestam um processo de acomodação do significado literal da(s) palavra(s) que os constitui (constituem) à sinalização de relações dentro do espaço discursivo;
- (iv) analisados do ponto de vista da integração sintática na estrutura oracional, os marcadores discursivos são unidades independentes, que, portanto, não se constituem como parte integrante dessa estrutura;
- (v) realizam-se, na maior parte das vezes, com o acompanhamento de uma pausa prosódica demarcativa, ora bem definida, ora bastante sutil;
- (vi) são insuficientes para constituírem enunciados completos em si próprios;
- (vii) são formas de extensão reduzida a uma ou duas palavras, ou de massa fônica mais restrita a um limite de três sílabas tônicas;
- (viii) de modo geral, destacam-se como formas recorrentes no espaço textual;
- (ix) quanto à apresentação formal, os marcadores discursivos são, comumente, formas mais ou menos fixas, pouco propensas a variações fonológicas, flexionais ou de construção (p.55-7)

Na Gramática Funcional de Dik (1997) os elementos lingüísticos geralmente inventariados sob o termo genérico “marcadores conversacionais” recebem uma caracterização à parte. À medida que o autor reconhece nesses elementos uma natureza essencialmente discursiva, e que não são sensíveis a nenhum tipo de regra gramatical e não constituem nem orações e nem fragmentos delas, sendo dispensáveis inclusive para a organização interna das orações às quais se associam, Dik intitula-os “constituintes extra-oracionais”.

No contexto da tipologia dos constituintes extra-oracionais apresentada pelo autor, *mas* enquadra-se na classe dos constituintes responsáveis pela “organização do discurso”. Trata-se, nas palavras de Dik (*op. cit.*), dos elementos “que pertencem à organização, à estruturação e à apresentação do conteúdo discursivo”²⁴ (p. 384).

A classe “organização discursiva” engloba, segundo Dik, algumas subclasses. Uma delas, certamente na qual se enquadra *mas*, é a dos “marcadores de fronteira”, utilizados, de acordo com o autor, para assinalar o começo, o fim e a articulação interna do discurso como

²⁴ (...) which pertain to the organization, the structuring, and the presentation of the discourse content. (Dik, 1997, p.384)

um todo, os diferentes episódios discursivos e os diversos “movimentos” (*moves*) que compõem esses episódios.

Os marcadores de fronteira “iniciadores” são aqueles que precedem o enunciado propriamente dito, ocupando tipicamente posição inicial. “Eles servem para abrir um novo discurso, um novo episódio em um discurso corrente ou um novo turno em uma conversação corrente”²⁵ (Dik, 1997, p. 387). É nessa subclasse que se enquadram os casos em que *mas* é usado como uma estratégia de assalto ao turno.

Os marcadores de fronteira “finalizadores”, por sua vez, ocorrem, segundo Dik (*op. cit.*), com a função de terminar um tópico ou um turno da conversação. Essa subclasse fica perfeitamente ilustrada por meio das ocorrências de *mas* enquanto estratégia de passagem de turno.

Vale considerar, enfim, que embora Dik mencione que os constituintes extra-oracionais de organização discursiva possam ser utilizados na organização interna do discurso, não fornece nenhuma denominação específica para os casos em que esses constituintes, dentre os quais *mas*, sinalizam momentos de hesitação ou planejamento verbal, em que o falante procura ganhar tempo e evitar espaços em silêncio, enquanto prepara a continuidade de seu turno. Para efeitos deste trabalho, no entanto, esses constituintes serão denominados doravante, seguindo Galembeck *et. al.* (1990), “marcadores mediais de sustentação”.

Em (8) observa-se uma ocorrência de *mas* enquanto constituinte extra-oracional, propriamente marcador medial de sustentação de turno. Pode-se perceber que, nesse caso, o conectivo exerce uma função puramente pragmática dentro do discurso. Nele, a ligação entre as porções discursivas ocorre com um sentido contrastivo implícito na condução do jogo interacional entre os interlocutores. Desse modo, *mas* apresenta um valor de contraste bem

²⁵ They serve to open up a new discourse, a new episode in an ongoing discourse, or a new turn in an ongoing conversation. (Dik, 1997, p. 387)

mais brando, de natureza não propriamente semântica, funcionando como uma espécie de contraposição, por parte do próprio falante, em relação ao turno conversacional do interlocutor:

- (8) Inf (...) eu tenho assistido umas Peças eu assisti u::ma com a::aquela artista magrinha de televisão aquela moreninha que é bailarina também...eh

Doc

Marília Pêra

Inf Mas é...também não lembro o nome da peça mas me parece que era...`Um grito num::` (DID-SP-234:32-36)

Ao fazer uso do conectivo *mas* a informante não apenas retoma o turno, mas também dá continuidade à linearidade do raciocínio que fora perdida pela interrupção de L1. Nesse caso, não se trata de uma contraposição semântica propriamente dita, mas de uma contraposição conversacional.

2.1.1 O conectivo *mas* na visão de Deborah Schiffrin

Não por acaso a pesquisa realizada por Schiffrin (1987) ocupará parte significativa deste trabalho. Na verdade, a proposta apresentada pela autora, que toma por base as funções da linguagem segundo Halliday (1978), perspectiva pragmática de Morris (1938), a teoria dos atos de fala de Austin (1962), as máximas conversacionais de Grice (1975) e as estratégias comunicativas de Gumperz (1982), apresenta-se como um verdadeiro tratado no estudo de certos conectores, dentre eles *but*, tanto em função da profundidade analítica quanto em função da própria riqueza advinda das teorias de base.

A fim de tratar especificamente dos conectores, em uma abordagem condizente com a funcionalista, Schiffrin expande, em direção ao discurso, o conceito de coesão apresentado por Halliday e Hasan (1976). Parte do pressuposto de que as conjunções indicam de fato uma ligação entre duas partes do texto, de modo que a interpretação do segmento posterior pressupõe a informação contida na oração anterior. Todavia, para Schiffrin, esse tipo de

relação coesiva pode ser observado igualmente em situações dialogais, ou seja, não apenas em monólogos.

É o que ocorre nos pares em que a complementação de uma dada proposição depende tanto da contribuição advinda do falante quanto daquela que parte do ouvinte (os pares adjacentes pergunta-e-resposta, por exemplo).

De acordo com a autora, os estudos sobre a coesão indicam que os significados que permeiam um determinado texto correspondem aos interpretados pelo falante e pelo ouvinte a partir das suas inferências sobre as conexões proposicionais implícitas naquilo que é dito. Nesse contexto, os mecanismos coesivos (relatores e conectores) não criam, segundo Schiffrin, significados por si mesmos; antes, trata-se de indícios usados pelos falantes para sinalizar aos ouvintes os significados implícitos na superfície do enunciado.

A análise completa do significado de um texto, diz Schiffrin, deve explicitar então tanto os significados proposicionais acionados pelas ligações coesivas quanto as inferências e compreensões derivadas da aplicação de princípios pragmáticos e contextuais. É justamente nesse sentido que a perspectiva pragmática, aliada às máximas conversacionais de Grice (1975) e à compreensão das estratégias comunicativas podem contribuir para a formulação de princípios gerais sobre essas inferências adicionais (que estão além do significado proposicional).

Tomando por base as considerações acima, a autora propõe então um modelo de coerência da fala, o qual sugere que seja tomado como o próprio modelo de discurso. Esquemáticamente, obedece à configuração que segue:



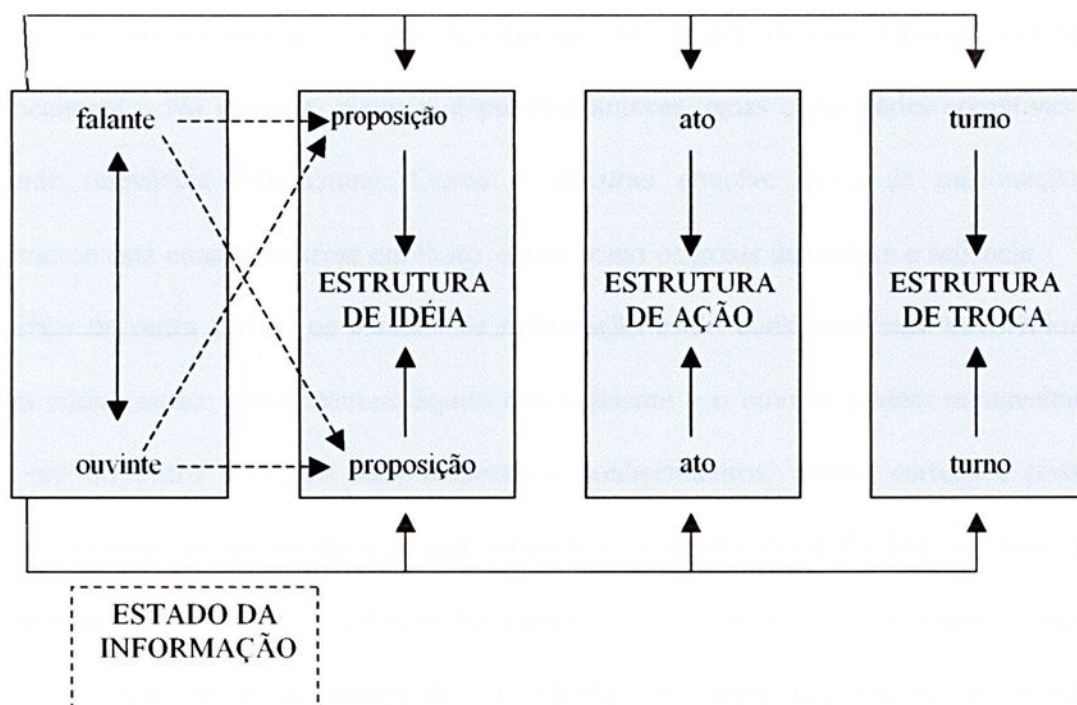


Figura 4: Modelo de discurso (Adaptado de Schiffrin, 1987, p.25).

No modelo acima, “estado da informação” (*information state*) se refere às capacidades cognitivas do falante e do ouvinte, ou seja, à forma como os seus conhecimentos estão organizados e como são conduzidos. Engloba especificamente o que cada um deles sabe sobre o seu próprio conhecimento, e que pontos dos seus respectivos conhecimentos acreditam partilhar com o interlocutor.

De acordo com Schiffrin, esses conhecimentos variam sempre em termos de certeza e saliência, o que significa que, embora os indivíduos façam suposições sobre o conhecimento do outro, o grau de certeza varia dependendo de diversos fatores, como o tipo de informação pressuposta, o fato de a mesma informação ter sido mencionada recentemente na conversação, a saliência a ela atribuída no discurso corrente, dentre outros aspectos.

Para que uma informação seja produzida e decodificada com sucesso, portanto, partes do conhecimento tanto do falante quanto do ouvinte devem ser adequadamente ativadas.

Vale a pena sublinhar, conforme faz a autora, que, embora o estado da informação envolva as capacidades cognitivas do falante e do ouvinte, algo cuja natureza é

essencialmente interna, não se deve concluir que se está tratando de uma organização estática do conhecimento. Na verdade, como já é possível antever, essas capacidades cognitivas são de grande relevância interacional. Como o discurso envolve troca de informação, o conhecimento está constantemente em fluxo, assim como os graus de certeza e saliência.

Dito de outra forma, os estados da informação estão constantemente envolvidos no curso da conversação: relacionam-se àquilo que o falante e o ouvinte podem razoavelmente esperar um do outro sobre os seus respectivos conhecimentos, quanta certeza é possível atribuir ao mesmo conhecimento e quanta saliência é possível esperar da fala do outro, para detectarem mais facilmente a informação específica que estão constantemente trocando. Sendo assim, trata-se de processos dinamicamente interativos, dependentes da troca de informações entre os interlocutores.

Falante e ouvinte compõem a “estrutura de participação” (*participation framework*). Essa parte engloba, de forma geral, as relações que se estabelecem entre o falante e o ouvinte, mais especificamente os diferentes caminhos que podem ser trilhados para que um se refira ao outro, suas presenças mútuas e responsabilidades partilhadas na fala que estão produzindo.

Os ditos “caminhos” são considerados como as relações intermediárias que cada um dos interlocutores estabelece com o seu próprio enunciado; os falantes estão orientados, por exemplo, para as idéias: avaliam-nas subjetivamente ou de modo mais disfarçado, expressando ora comprometimento, ora distanciamento. Cada um desses “caminhos” possíveis cria uma relação diferente com o que se diz e, por conseguinte, com o interlocutor²⁶.

A autora afirma ainda que os termos “falante” e “ouvinte” devem necessariamente ser tomados como uma simplificação grosseira dos diversos níveis de identidade que aparecem nas formas de fala. Por esse motivo, seria preciso trazer à mente que os aspectos institucionais

²⁶ Ao propor processos dessa natureza, a autora toma por base um escopo amplo da pragmática, especialmente aquele definido por Morris (1938) de que a pragmática se interessa pela relação da linguagem com os seus usuários.

da identidade, as diferenças interpessoais de poder e comprometimento recíproco influenciam de maneira direta na distribuição dos papéis entre os participantes.

A parte seguinte do esquema trata da chamada “estrutura de idéia” (*ideational structure*). Diferentemente dos demais componentes do modelo, essa estrutura está intimamente relacionada com a noção de “Função Ideacional” de Halliday (1978), e por isso mesmo, apresenta um aspecto também semântico, além do interpessoal²⁷; engloba o que Schiffrin denomina “proposições”²⁸ (*proposition*) ou “idéias”.

De acordo com a autora, as idéias se apresentam entrelaçadas em três planos distintos na estrutura na estrutura global do texto ou conversação: o plano das relações coesivas, das relações funcionais além do plano das relações tópicas.

As relações coesivas se estabelecem, conforme já fora dito antes, quando a interpretação de um elemento pressupõe uma informação preexistente em um enunciado anterior. As relações tópicas se referem à organização das idéias em termos de tópicos e subtópicos²⁹. As relações funcionais, enfim, referem-se às regras operadas pelas idéias uma em face à outra, bem como no contexto global do texto.

Em uma narrativa, por exemplo, algumas idéias podem servir como estruturas de fundo para outras mais salientes; em uma argumentação, idéias também podem promover instâncias específicas para ilustrar uma generalização, ou ainda serem apresentadas como justificativas que suportam uma dada posição do falante.

²⁷ Apesar de interligada, a estrutura proposta por Schiffrin não corresponde exatamente à “Função Ideacional” de Halliday; na verdade, engloba as diversas maneiras como o falante desenvolve suas idéias tendo em vista a apresentação das mesmas faces ao interlocutor. É essa característica que permite a afirmação de acordo com a qual a “estrutura de idéia” engloba parte da Função Ideacional e parte da Intepessoal propostas por Halliday (*op. cit.*).

²⁸ Muito embora Schiffrin faça uso do termo “proposição”, este não assume aqui o mesmo significado a ele atribuído por Dik (1989, 1997) no seu modelo em camadas. Caso se proponha o estabelecimento de um paralelo entre os dois modelos, a “proposição” de Schiffrin está indubitavelmente mais relacionada à camada dos “episódios discursivos”, no nível do discurso, que propriamente à camada da proposição, de nível inter-oral.

²⁹ Para efeitos deste trabalho, o “tópico conversacional” será definido como “aquilo acerca do que se está falando” (Brown e Yule, 1983, p.73).

Em uma conversação, há também determinadas metas e intenções estruturadas pelo falante a fim de atuar sobre o interlocutor, estando a linguagem, por muitas vezes, a serviço dessas metas. É esse o aspecto para o qual a “estrutura de ação” (*action structure*), presente no esquema acima, cuja unidade básica é o ato (*act*), está especificamente voltada.

A noção de “ações” está também intimamente relacionada à condução, por parte do falante, de si mesmo e do interlocutor, a fim de não violar os padrões apropriados aos quais a conversação está sujeita, levando em conta o seu próprio comportamento e o respeito pelo outro. Nas palavras de Schiffrin, as ações são designadas “para sustentar e proteger, através de meios expressivos, o que pode ser argumentativamente veiculado a respeito de pessoas e de suas relações”³⁰ (Schiffrin, 1987, p.25).

O turno conversacional (*turn*), enfim, é considerado a unidade básica da última parte do modelo proposto, denominada “estrutura de troca” (*exchange structure*). Trata-se, em geral, dos resultados das diversas decisões tomadas pelos falantes, a partir das quais se alternam as chamadas “regras de seqüenciação”, aberturas e fechamentos conversacionais. Envolve uma negociação constante entre os interlocutores no revezamento para assumir os diferentes papéis, ora de falante, ora de ouvinte.

Antes do encerramento desta explanação, cumpre considerar que embora as estruturas tenham sido apresentadas em separado, mesclam-se constantemente, na realidade, durante a execução do discurso. Por esse motivo, a classificação de um elemento é sempre feita de acordo com a função mais saliente dentre as diversas que o mesmo assume³¹.

Para efetuar uma análise criteriosa do conector *but*, Schiffrin considera a possibilidade de as propriedades gramaticais a ele inerentes contribuírem para suas funções discursivas. Esse posicionamento parte da observação de que, conforme demonstra a autora, em qualquer tipo de atuação é inerente ao conectivo o efeito pragmático de marcar a unidade seguinte

³⁰ to sustain and protect through expressive means what can be supportively conveyed about persons and their relationships. (Schiffrin, 1987, p.25)

³¹ Essa posição metodológica fora aplicada por Schiffrin na análise dos marcadores discursivos.

como contrastiva, de alguma forma, à precedente. Essa característica restringe consideravelmente seus usos com função puramente ideacional³².

Como consequência dessa sua natureza, o conectivo não coordena unidades funcionais sem alguma relação contrastiva. Esse contraste pode se apresentar, de acordo com Schiffrin, tanto de forma transparente, no conteúdo semântico das unidades relacionadas, quanto vir oculto, de modo a ser interpretado apenas se levado em conta o conhecimento de mundo, culturalmente partilhado, do falante e do ouvinte. Em uma terceira possibilidade, pode manifestar-se implicitamente pela quebra de expectativa de um interlocutor a respeito da conduta interacional do outro.

Torna-se interessante retomar, neste ponto da discussão, a definição de marcador conversacional proposta por Preti (1999), apresentada anteriormente neste trabalho. Embora o autor tenha previsto que alguns desses marcadores possam ser totalmente desprovidos do seu conteúdo semântico, esse não parece ser propriamente o caso de *mas*.

A observação acima é totalmente pertinente se levado em conta que, conforme aponta Schiffrin (1987), a relação contrastiva permeia todos os usos de *mas*, mesmo que advenha, no nível interacional, de uma quebra de expectativa do interlocutor a respeito da conduta do outro durante a interação. Nesse sentido, *mas* enquadra-se perfeitamente em uma categoria específica estabelecida por Urbano (1994), que engloba os marcadores que mantêm, em maior ou menor grau, parcela do seu significado original, assumindo por acréscimo uma função pragmática no plano do discurso.

No que se refere aos níveis de atuação do conectivo, Schiffrin (*op. cit.*) e Dik (1997) afirmam que *mas* desempenha funções de caráter ideacional e interpessoal na fala; mais especificamente pode atuar, levando-se em conta as distinções estabelecidas no modelo acima

³² Faz-se importante destacar que Schiffrin levanta a mesma dificuldade apontada por Sweetser (1991) de se considerar que *mas* atua em um plano exclusivamente representacional, alheio aos aspectos pragmáticos.

descrito, tanto no quadro da estrutura de idéias quanto no plano das ações, além de estabelecer relações importantes no plano da estrutura de troca.

No que se refere à estrutura de idéia, Schifffrin prevê quatro tipos distintos de ocorrências para *mas*: o conectivo pode atuar na estrutura de uma argumentação, introduzindo partes distintas de posição ou suporte para uma posição sustentada pelo falante; pode vir acompanhado de uma negação, como uma estratégia de preservação de face; é possível também que indique um contraste inferível porque uma proposição particular viola as expectativas dos interlocutores, a partir de um conhecimento prévio sobre o mundo, ou ainda pode ser usado para diferenciar, em uma resposta, a parte que corresponde à expectativa criada pela pergunta das informações adicionais do falante. Fazendo uso dos exemplos dados pela autora, esses casos correspondem respectivamente às ocorrências (9), (10), (11) e (12):

(09) Henry: Você não está vivendo em um mundo que tem igualdade completa. Você coloca isso neste mundo, e eu irei seguir com isso. Se fica desse jeito e ainda não se faz nenhuma diferença,... sim. Eu irei com isso em um segundo. Eu não discordarei de nada. **Mas** os – os árabes nos chamam de infiéis... os cristãos nos chamam de pagãos... isso é verdade. Nós não somos nada. E ainda fomos nós que começamos tudo. Nós começamos tudo e nós somos – nós somos infiéis? Nós somos pagãos? De onde vem isso? Isso não faz sentido³³.

(10) Henry: Agora eu não quero que você pense que sou preconceituoso, **mas** esse é o modo como fui criado³⁴.

(11) Ira: Sim era muito legal quando nós éramos crianças. Você passou duas semanas lá quando você estava grávida

Jan: eu (...)

Ira: lá, não é?

Jan: Eu costumava ir todo verão. Minha mãe mandava-me ir com os parentes. **Mas** eu costumava chorar eu queria ir para casa. Eu não gostava daquilo³⁵.

³³ (9) Henry: You're not livin' in a world where you have equality completely. You put that in this world, I'll go along with it. If it stays that way, and where it does not make any difference,... yes. I'll go with that in a second. I won't disagree with anything. **But** the – the Arabs call us infidels... the Christians call us pagans... It's true. We're nothing. And yet we started everything. We started everything and we're – we're infidels? We're pagans? Where does that come off? That don't add up! (Schifffrin, 1987, p. 153)

³⁴ (10) Henry: Now I don't you to think that I'm biased, **but** this is the way I was brought up. (Schifffrin, 1987, p. 157)

- (12) Sally: Você já teve um sonho em que você acordou e se achou no chão... sonâmbulo ou alguma coisa desse tipo?
 Zelda: Não, eu nunca tive. **Mas** minhas ch
 Sally: crianças?
 Zelda: sim. Meu filho mais velho uh: eh: ele: – especialmente ele – ele costumava falar, durante seu sono, antes de se casar³⁶.

No plano da estrutura de ação, de acordo com a autora, *mas* marca uma postura defensiva, ao ser usado pelo mesmo falante como uma espécie de estratégia para retornar ao ponto central de sua argumentação após uma digressão, e ao enfrentar, durante a interação, desafios, desacordos ou interrupções. O exemplo (13), retirado do texto da autora, ilustra um caso de retorno do falante ao ponto central da sua argumentação após uma digressão; o exemplo (14) representa a sustentação de uma argumentação, por parte do falante, contra um desafio, enquanto em (15) a sustentação ocorre após um desacordo:

- (13) Jack: E então por fim a Hungria apropriou-se desses dois países de qualquer jeito, finalmente. Então eu quero dizer que isso mostra. **Mas** esse não é o ponto. O ponto é... religião é uma coisa enfadonha para mim. Eu tenho vontade de vomitar quando vejo uma pessoa judaica muito religiosa, ou uma pessoa muito católica, ou muito protestante³⁷.
- (14) Henry: Ela gosta de ser servida porque ela está sempre trabalhando duro e ela – eu acho que isso é muito natural. Ela tem direito a isso.
 Zelda: Sim, eu gosto de sair para comer. Eu gosto disso.
 Debby: Eu também gosto.
 Zelda: Mas eu não levo uma vida muito excitante.

³⁵ (11) Ira: Yeh it was very Nice when we were kids. You had two weeks there when you were pregnant
 Jan: I st-
 Ira: there, right?
 Jan: I used t'go every summer. My mother'd send me down with relatives. **But** I used t'cry I wanted go home. I didn't like it. (Schiffrin, 1987, p. 156)

³⁶ (12) Sally: Did You ever have a dream, where you woke up and you found yourself like on the floor: or... sleepwalking or anything like that?
 Zelda: No I didn't. **But** my ch
 Sally: Kids?
 Zelda: yeh. My older boy uh: eh: he: - especially – he – he used t'talk, in his sleep, before he married. (Schiffrin, 1987, p. 160)

³⁷ (13) Jack: And then in the end Hungary took these two countries in the end anyhow. So I mean it shows you. **But** that isn't the point. The point is... religion is a sickening thing with me. I want to throw up when I see a very religious Jew, or a very religious Catholic, or a very religious Protestant. (Schiffrin, 1987, p. 168)

Debby: Sim, mas você é feliz.
 Henry: Oh mas você leva uma vida boa.
 Zelda: Bem, isso não é excitante.
 Henry: O que você chama de excitante? Você quer que sua adrenalina trabalhe bastante?
 Zelda: Não, **mas** realmente eu não penso que minha vida – não
 Henry: Você pensa que isso é excitante? Você acha que isso é bom Zelda?
 Zelda: **Mas** eu não faço nada³⁸.

- (15) Henry: Você vê você vai para onde você quer, você mora em uma casa grande você é membro de é:: como que um jôquei clube é:: isso é um estado de vida diferente!
 Zelda: **Mas** isso não significa necessariamente que você tenha que fazer isso tudo!³⁹

Finalmente, na estrutura de troca, o conectivo funciona como um legítimo constituinte extra-oracional de organização do discurso, sendo utilizado como uma estratégia para manter, iniciar (mediante assalto) ou finalizar o turno.⁴⁰ Nesse sentido a ocorrência (16) abaixo, referente como as demais a um exemplo dado por Schiffrin, ilustra alguns casos de assalto ao turno por meio de *mas*:

- (16) Freda: E aquela garota que estava conversando com Mae? Eu não consigo lembrar o nome dela nem o que ela me disse. Mas ela era meio... italiana, meio judia. Como ela se chamou?
 Jack: Oh: sim. Ela se chamou de Jewop.
 Freda: Uma Jewop!
 Jack: Foi gracioso! Ela é... mui:to, mui:to interessante de se ouvir!
 Freda: Uma Jewop! Ela é uma Jewop! Jewop! Mas ela foi educada como um
 Jack: o pai dela era...
 Freda: católico

³⁸ (14) Henry: She likes to be served, because she's always workin' hard and she – I thing that's quite natural. She's entitled to it.
 Zelda: Yeh. I like to go out and eat. I like it.
 Debby: I like too.
 Zelda: But I don't lead a very exciting life.
 Debby: Yeh but you're happy.
 Henry: Oh but you lead a good life!
 Zelda: Well, it's not exciting.
 Henry: What d'y' call exciting? D'y want your adrenalin t' work up?
 Zelda: No **but** I really don't think my life – no.
 Henry: D'you think that's exciting? You think that's good Zelda?
 Zelda: **But** I don't do anything. (Schiffirin, 1987, p. 171)

³⁹ (15) Henry: Y' see you move across the way, you live in a big house; and, you belong to eh maybe a country club eh: it's a different phase of living!
 Zelda: **But** it doesn't necessarily mean you have to! (Schiffirin, 1987, p. 175)

⁴⁰ No Capítulo IV deste trabalho essas diversas relações serão devidamente retomadas, momento em que, a partir da análise dos dados, elaborar-se-á uma explicação minuciosa dos aspectos mais relevantes que as envolvem.

Jack: Espera aí o pai dela era italiano e a mãe judia? Ou ao contrário?
 Freda: Sim ela é: o pai dela era italiano, ela foi criada
 Jack: e ela foi um grande produto dos dois
 Freda: Mas ela foi educada pela avó judia e levada para a escola judia... eh católica!
 Jack: **Mas** ela viveu
 Freda: ela foi educada como uma católica
 Jack: em casa com um judeu.
 Freda: mas conviveu em casa com um judeu.
 Jack: E ela acabou se casando com um italiano!
 Freda: E ela disse que ela realmente é uma Jewop!
 Jack: isso não é algo diferente?... mas ela se deu bem
 Freda: **Mas** ela estava bem consciente dos dois
 Jack: e ela foi muito interessante. E ela... foi um prazer ouvi-la⁴¹.

2.2 Os sentidos básicos de *mas*: “adversatividade” e “quebra de expectativa”

De modo análogo às observações apontadas até o presente momento acerca do estatuto funcional do conectivo, faz-se também necessária a apresentação de um tratamento mais detalhado acerca dos sentidos básicos assumidos por *mas*, para além da classificação em “adversativa” adotada amiúde nas gramáticas de cunho tradicional.

Indubitavelmente, há uma vasta bibliografia relacionada à natureza semântico-pragmática das relações coordenativas estabelecidas por *mas*, que convergem sobretudo na

⁴¹ (16) Freda: How bout that little girl that's in – that's visiting Mac? I can't think of her name, nor do remember what she said. But she was half... Italian, half Jewish. What did she call herself?

Jack: Oh, yeh. She called herself a Jewop!

Freda: A Jewop!

Jack: that was cute! She was... ver:y, very interesting t'listen to!

Freda: A Jewop! She's a Jewop! But she was raised, as a

Jack: Her father was... wait a

Freda: Catholic.

Jack: A minute her father was Italian, and her mother was Jewish? Or it the other way around.

Freda: Yes. She eh her father was Italian, she was raised

Jack: And she was a great product of these two.

Freda: But she was raised by the Jewish grandmother and sent to the Jew eh to the catholic school!

Jack: **But** she lived

Freda: She was raised as a Catholic,

Jack: at home with a Jew.

Freda: but who lived at home with a Jew.

Jack: And she wound up marrying an Italian boy!

Freda: And she said she really is a Jewop!

Jack: Isn't that somethin'? But she is tremendous.

Freda: **But** she was very aware of both

Jack: And she was very intersting. And she was a pleasure t'just listen to. (Schiffrin, 1987, p.169).

categorização do elemento como um “marcador de contraste por quebra de expectativa”. Esse conjunto de estudos, porém, focaliza apenas as ocorrências enquanto relator coordenador, na medida em que, em sua totalidade, limitam suas observações ao nível da sentença.

Nesta seção propõe-se o aproveitamento de parte das pesquisas já elaboradas, a fim de demonstrar que a natureza das relações semântico-pragmáticas estabelecidas pelo relator coordenador são variáveis e não única, conforme a tradição gramatical normativa parece assumir. Paralelamente, as considerações aqui apontadas servirão de base para se comprovar mais adiante, na seção IV deste trabalho, que os sentidos básicos atribuídos ao relator coordenador *mas* são preservados quando o elemento assume o papel de conector, em nível textual.

Trabalhando com o relator coordenador *but* do inglês, Lakoff (1971), por exemplo, identifica duas acepções de sentidos diferentes: a “oposição semântica”, em alguns casos, além da “quebra de expectativa”, em outros.

Por “oposição semântica” a autora entende as ocorrências em que *but* une duas sentenças que, embora independentes, são semanticamente contrastivas; nesse caso, as sentenças são simétricas, ou seja, a inversão da ordem não muda a interpretação. É o que se pode verificar em (17):

(17) João é rico, **mas** Paulo é pobre.

Quando se verifica quebra de expectativa, no entanto, conforme o exemplo (18), não há um contraste direto entre as sentenças, mas derivado da atitude do falante. Diferentemente da primeira acepção, as sentenças apresentam-se de modo assimétrico, de forma que a mudança na ordem implica mudança de significação:

(18) João é um republicano, **mas** é honesto.

Faz-se necessário ressaltar, conforme Longhin (2003), que, para analisar os casos de quebra de expectativa, Lakoff lança mão da noção de pressuposição. Assim, na interpretação de (18) por exemplo, é preciso recuperar a informação pressuposta de que “os republicanos são desonestos”; assim, sendo João republicano, pressupõe-se que também é necessariamente desonesto. É exatamente essa a expectativa quebrada com o uso de *mas*.

A proposta de análise semântica para o conectivo *but* elaborada por Van Dijk (1977) revisa e sintetiza outras propostas, como a de Lakoff (1971). De modo análogo às demais, o autor atribui ao conectivo o traço semântico principal do desencadeamento de “contraste por quebra de expectativa”, apresentando, paralelamente, algumas descrições particulares de bastante relevância.

Discutindo o papel dos conectivos *but, though, yet, whereas, nevertheless* do inglês, que assinalam relações imprevistas e contrastantes entre os fatos, Van Dijk (*op. cit.*) procura especificar os diferentes significados de contrastivos. Nesse quadro, o conectivo *but* apresenta três valores semânticos particulares.

O primeiro deles é a possibilidade de o conectivo sinalizar circunstâncias em que a natureza ou curso dos eventos contrasta com as expectativas “normais”. No exemplo abaixo, retirado de Longhin (2003), há uma exceção à normalidade dos eventos que consiste no fato de que o enunciado antecedente expressa uma condição suficiente para a negação do conseqüente.

(19) John é muito habilidoso, **mas** ele exerce o trabalho miserável de pintar casas.

Uma segunda possibilidade é a de o conectivo indicar estados ou eventos que são simplesmente inesperados ou indesejados. É o que ocorre em (20), na medida em que

normalmente durante pescaria há grande probabilidade de se pegar peixe, embora isso não seja essencialmente uma necessidade:

(20) Eu fui pescar, **mas** não peguei nada.

Ainda de acordo com Van Dijk (*op. cit.*), *mas* pode ser usado quando o falante quer expressar a não satisfação de condições possíveis, prováveis ou necessárias, conforme ocorre exemplo abaixo:

(21) Peter quer comprar um carro, **mas** não tem dinheiro algum⁴².

Na concepção de Longhin (2003), ocorrências desse tipo confirmam a tese de que o contraste por quebra de expectativa está intimamente relacionado com o contexto pragmático, sobretudo no que se refere ao cancelamento de uma pressuposição do falante⁴³. Dessa forma, segundo a autora, a quebra de expectativa pode ser desencadeada, entre outros fatores, pela divergência entre aquilo que se diz e aquilo que é pressuposto ou considerado norma para os interlocutores, como também pelo conflito entre aquilo que se esperava e não aconteceu ou, na direção inversa, entre o que aconteceu e não se esperava.

⁴² (19) John is very handy, **but** he made a miserable job of painting his house

(20) I went fishing, **but** I didn't catch anything.

(21) Peter wants to buy a car, **but** he does not have any money.

⁴³ O conceito de "pressuposição" foi assumido pela autora em sentido pragmático, ou seja, "toda a informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes na conversação" (Longuin, 2003, p.120).

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS E METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1 Constituição do corpus

A fim de comprovar empiricamente as considerações e hipóteses aqui levantadas, a pesquisa se desenvolveu a partir da análise de material composto efetivamente por transcrições da língua falada. Optou-se pelo corpus mínimo do Projeto Gramática do Português Falado, especificamente aqueles inquéritos constituídos por entrevistas com informantes de São Paulo, seleção operada sobre o material coletado pelo Projeto Norma Urbana Culta (NURC). Trata-se de três inquéritos divididos, de acordo com as características particulares, em Elocução Formal (EF), Inquérito 405 (Castilho e Preti, 1987), Diálogo entre Informante e Documentador (DID), Inquérito 234 (Preti e Urbano, 1988) e Diálogo entre Dois Informantes (D2), Inquérito 360 (Castilho e Preti, 1987), inventariados por Castilho (1990). Vale destacar que os informantes dos tipos de inquérito mencionados são falantes cultos, uma vez que todos têm escolaridade de nível superior.

A trajetória da investigação iniciou-se com a tabulação das ocorrências do item *mas*, que totalizaram 168 casos. Desses, 30 foram classificados como relatores coordenadores, 93 como conectores e 28 como constituintes extra-oracionais. As 17 ocorrências restantes foram consideradas, com base em Dik (1989), como “marcadores especiais de foco”. Por apresentarem, conforme se poderá perceber mais adiante, uma natureza bastante distinta das demais ocorrências, esses casos foram, por ora, desconsiderados, e passarão a receber um tratamento à parte, sendo devidamente explicados, na seção 4.5 do próximo capítulo.

A partir de então, operou-se um recorte complementar àquele efetuado por Garcia (2002), na medida em que aquelas ocorrências classificadas como relator coordenador não

foram tratadas direta e quantitativamente, uma vez que o objetivo deste estudo é tratar os casos de *mas* cuja atuação implica o processo de discursivização. A amostra passou assim a ser composta por 121 ocorrências, englobando conectores e extra-oracionais.

3.2 Metodologia de trabalho

A análise dos casos de conectores de ambos os níveis assenta-se sobre a correlação entre diferentes agrupamentos de acordo com as funções do conectivo no plano textual-interativo detectadas na literatura.

A concepção metodológica é de uma análise quantitativa sobre a qual se assenta a análise qualitativa, utilizando-se, como ferramenta estatística alguns programas do pacote Varbrul (Sankoff, 1975). É sobejamente conhecido que o Varbrul foi idealizado para o tratamento quantitativo de variáveis sociolinguísticas; o tratamento do conectivo neste trabalho está muito distante de uma abordagem variacionista; nesse caso, o uso desse pacote estatístico tem a finalidade apenas de uma ferramenta útil e extremamente veloz para o processamento das correlações quantitativas necessárias para a comprovação das hipóteses que se pretende sustentar aqui sobre os usos do conectivo *mas*.

Conforme observado na seção 2.1, a literatura disponível sobre o assunto separa os usos do conectivo em dois grupos, conforme desempenhe uma função principal no nível ideacional (conectores) ou interpessoal (constituintes extra-oracionais). Assume-se a hipótese de que a multifuncionalidade em diferentes domínios discursivos é um indício seguro de que *mas* está em processo de discursivização.

Portanto, é necessário estabelecer correlações estatísticas entre dois tipos de funções, propriamente a de estabelecer contraste de idéias e contraste de ações. O primeiro tipo de função ocorre preponderantemente no nível textual, enquanto o segundo se dá no nível

textual-interativo. Já aí se detecta um contínuo de discursivização, que se completaria, caso essa distribuição se confirme nos dados, nos casos em que *mas* atua apenas no nível interacional, sem estabelecer nenhum contraste aparente, funcionando então como um CEO na estrutura de troca.

Para refinar um pouco mais essa correlação estatística, pretende-se examinar ainda os tipos específicos de usos de *mas* na estrutura de idéias, na estrutura de ação e na estrutura de troca, segundo o modelo de Schiffrin. Esse tipo de distribuição pode ser uma ferramenta adicional para confirmar ou não a hipótese central deste trabalho, além do forte teor descritivo, aspecto que, de resto, é também tarefa com que este trabalho está fortemente comprometido.

Na estrutura de idéia, prevêm-se os seguintes tipos de atuação de *mas*: contraste do tipo posição-e-suporte; contraste com idéias inferíveis por quebra de expectativa; atuação nos processos de preservação de face; atuação nos pares pergunta-e-resposta (P-R).

Na estrutura de ação, prevêm-se os seguintes tipos de atuação: função de sustentar uma argumentação contra distrações ou digressões; função de sustentar uma argumentação contra interrupções; função de sustentar uma argumentação contra desafios; função de sustentar uma argumentação contra desacordos;

Espera-se também que, caso se confirme a atuação de *mas* como CEO no nível interacional, os dados coletados registrem as seguintes funções específicas na estrutura de troca: estratégia de manutenção de turno (CEO marcador medial de sustentação de turno); passagem consentida de turno (CEO finalizador); estratégia de assalto ao turno (CEO iniciador).

Esses três agrupamentos funcionais são baseados na proposta apresentada por Schiffrin (1987) para a análise do conectivo *but* do inglês. Por meio deles, procura-se, em primeiro lugar, validar a suposição de que a descrição elaborada pela autora e aplicada ao

inglês é perfeitamente válida para descrever o mesmo conectivo em português, o que significa, para este trabalho, comprovar a hipótese da discursivização, especificando, tanto quantitativa quanto qualitativamente, as diferentes relações estabelecidas pelo conectivo no contexto das três estruturas que compõem o que Schiffrin denomina *modelo de coerência do discurso*.

Vale destacar que as correlações são feitas uma a uma, de acordo com os aspectos que se demonstram pertinentes para cada uma delas. Desse modo, ao se analisar a estrutura de idéia, por exemplo, não se leva em conta, para efeitos da quantificação, os fatores relevantes para a estrutura de ação e de troca, uma vez que se trata de ocorrências de natureza diferentes. De forma análoga, para a estrutura de ação não se leva em conta os aspectos pertinentes para a estrutura de idéia e de troca, e assim por diante.

Outra hipótese particular que, se confirmada, vai ao encontro da hipótese geral de discursivização aqui defendida, é a idéia de que a atuação em diferentes níveis não implica necessariamente a perda do sentido original do conectivo na função de relator coordenador, como se ele guardasse a memória das relações de sentido que contrai na estrutura ideacional; caso contrário, o elemento na função de conector poderia ser outro conectivo qualquer, não necessariamente o presente objeto de estudos. Assim, este trabalho dirige esforços também para a descrição da natureza da relação de sentido envolvida, ou seja, o uso de *mas* como (i) marcador de oposição; (ii) como marcador de acontecimento inesperado; (iii) como marcador de refutação; (iv) como marcador de não satisfação de condições; (v) como marcador de contra-argumentação.

Das cinco categorias acima apresentadas, quatro foram baseadas no trabalho de Longhin (2003), que apresentou uma síntese descritiva das considerações apresentadas por Van Dijk (1971) e Ducrot (1979, 1987) sobre o assunto. Nesse sentido, a única exceção é o traço *marcador de oposição*, fortemente relacionado à categoria estabelecida por Lakoff

(1971); incluiu-se o item (i) em função da probabilidade de frequência relativamente alta desse tipo de relação de sentido no corpus analisado.

Outra distribuição estatística que se pretende estabelecer para obter algumas vantagens analíticas de natureza qualitativa é a frequência do conectivo de acordo com os três diferentes gêneros textuais dos inquéritos do Projeto NURC, ou seja, Elocução Formal (EF), Diálogos entre Informante e Documentador (DID) e finalmente Diálogos entre Dois Informantes (D2);

Conforme afirma Dik (1997), o gênero do discurso apresenta-se como um fenômeno de natureza global, capaz de tomar o texto todo, ou grande parte dele, por seu escopo, sendo inclusive determinante em diversas decisões de caráter local. Dito em outros termos, a escolha do gênero textual determina a escolha de categorias de nível mais baixo, como aquelas elencadas por Schiffrin (*op. cit.*) que se pretende investigar neste trabalho.

Assumindo por pressuposto esse ponto de vista, a escolha de três inquéritos com naturezas distintas para a composição da amostra se deve a uma hipótese, aqui levantada, de que cada tipo pode favorecer a ocorrência de estruturas diferentes: o tipo EF, por exemplo, essencialmente assimétrico por se constituir da transcrição de uma aula e composto por um gênero textual argumentativo, possivelmente projeta mais ocorrências de conectores de nível textual, principalmente das estruturas de posição e suporte.

Paralelamente o tipo DID, embora mais dialógico que o EF, guarda ainda assim uma certa assimetria social entre os participantes, já que não se trata necessariamente de “diálogo” entre o informante e o documentador, mas do gênero “entrevista”, em que o documentador conduz o diálogo, parecendo mais interessado em extrair informações específicas do informante. Esse formato implica uma alta probabilidade de projetar um número maior que os outros gêneros de pares adjacentes pergunta-e-resposta. O gênero diálogo, enfim, parece ser mais bem representado sobretudo pelo tipo D2; é necessário lembrar, contudo, que, apesar de

simétricos, são relativamente formais, de vez que os informantes não aparentam ser pessoas bastante conhecidas uma das outras.

Uma última correlação estatística que se pretende estabelecer se localiza na organização estrutural dos enunciados coordenados. Nesse âmbito, pretende-se investigar se o conectivo introduz uma oração que contrasta com todo o enunciado anterior ou se introduz um enunciado que contrasta com outro enunciado anterior.

Enquanto relator coordenador, *mas* estabelece a coordenação de termos e a de orações. No nível textual-interativo, por outro lado, o conector estabelece a articulação de unidades maiores, em geral, grandes blocos discursivos. O estudo da organização estrutural dos enunciados se justifica na medida em que se pode verificar a natureza das unidades estruturais que podem ser relacionadas pelo conector no nível textual-interativo, correlações que podem auxiliar na confirmação da hipótese central deste trabalho.

Quantificados os dados de acordo com esses fundamentos analíticos, passa-se à exposição dos resultados, estabelecendo-se uma relação necessária entre a análise quantitativa e a análise qualitativa, tema principal do próximo capítulo.



CAPÍTULO IV

AS FUNÇÕES TEXTUAIS E INTERATIVAS DO CONECTIVO

4.1 Introdução

A análise dos dados partiu do princípio de que é preciso distinguir, em primeiro lugar, as ocorrências em que o conectivo *mas* exerce o papel de “conector” em relação aos casos em que atua na articulação do processo de interação verbal, aqui denominados “constituente extra-oracional” (doravante CEO), para que, na sequência, seja possível descrever o estatuto funcional dessa distinção. Preliminarmente, como se parte do pressuposto de que as funções discursivas do conectivo *mas* se resumem a conector e CEO, é relevante observar nos dados a natureza de cada uso. Esse tipo de avaliação é importante para que se demonstre a multifuncionalidade do conectivo, básica para o processo de discursivização que aqui se procura defender.

Vale destacar que, com base em Schiffrin (*op. cit.*), as ocorrências foram divididas em três níveis de atuação, conforme desempenhem função primordial na estrutura de idéia, de ação e de troca. Essas três estruturas apresentam-se como uma espécie de *continuum*, com um pólo também relacionado à função ideacional de Halliday (1978), de um lado, e um pólo atrelado apenas à função interpessoal, de outro.

Um aspecto significativo para o qual apontam os resultados é a frequência relativamente alta da atuação em nível textual (58,7% do total) em relação às ocorrências de nível estritamente interacional (23,1% do total). Esquemáticamente, essa distribuição obedece à configuração que segue:



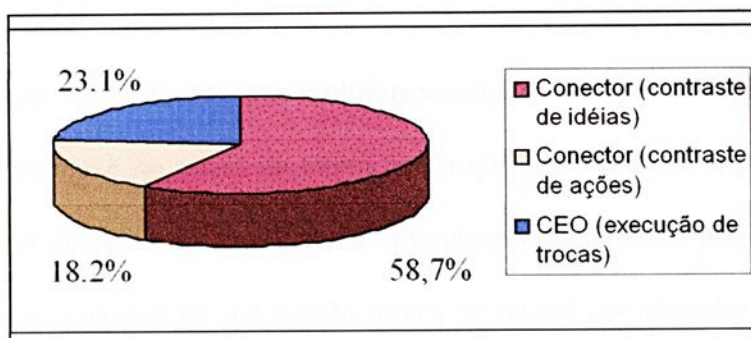


Figura 5: Distribuição quantitativa entre conectores e CEOs

O exemplo (22) abaixo ilustra uma ocorrência de *mas* como conector contrastando idéias, enquanto em (23) o conector está marcando uma ação contrastiva, propriamente o retorno do falante ao ponto central da sua argumentação após uma digressão. Em (24), enfim, tem-se uma ocorrência de *mas* como CEO de organização discursiva, subcategorizável como marcador de fronteira iniciador, na medida em que, atuando na estrutura de troca, é usado exclusivamente para assaltar o turno conversacional:

(22) L2 (...) meu pai...foi o um:...era militar...mas a vocação dele era ter sido...advogado então ele vivia dizendo isso...e eu tenho a impressão eu não posso dizer porque é difícil...para a gente dizer porque de jeito nenhum ele falou "você vai fazer isso"... nunca...**mas** eu acho que ele falava tanto tanto tanto e eu o admirava muito...eu tenho a impressão que foi...por causa disso embora minha meta fosse Itamarati eu sempre... (D2- SP-360:1161-1165)

(23) Inf (...) e-les adoraram o filme...umas CEnas DOIdas...eles tomavam entorpecente e as cenas ah ah uma das cenas me chocou tremendamente eu eu saí de lá do cinema a:./ arrasada...passa-se no cemitério...eu não lembro o nome do filme...foi tão comentado sabe? **mas** eu fiquei chocada eu disse "mas que filme vazio hein?"... (DID-SP-234:253-257)

(24) L2 (...) ...c:o que não dá para fazer durante o dia eu faço à noite...mas realmente nós estamos precisando de bastante gente...(está precisando deMAIS lá)

L1 **mas** vai ser logo...

L2 eles dizem que vai ser logo (D2- SP-360:666-670)

Esses resultados parecem indicar dois aspectos importantes que aqui devem ser considerados: se por um lado há uma multifuncionalidade comprovada para *mas*, que está atuando significativamente no plano da interação (o que garante certo suporte à hipótese de discursivização aqui desenvolvida), o conectivo também está bastante preso às estruturas do tipo ideacional, mais próximas da sua função básica de relator coordenador. Todavia, deve-se lembrar que no nível de atuação textual é sempre muito difícil distinguir claramente a função ideacional da interpessoal.

Essa suposição ganha força se também for levado em conta que, na maioria absoluta dos casos (79,4%), o conectivo introduz, da mesma forma que um relator coordenador, apenas uma oração, contra uma quantidade menor de ocorrências (20,6%) nas quais introduz uma porção textual maior que a oração.

A título de ilustração, pode-se observar que, no exemplo (25), apenas a oração *ela é uma pessoa muito capaz*, introduzida por *mas*, contrapõe-se à idéia contida na porção textual anterior, na qual L1 vem descrevendo os erros em que incorre a procuradora geral do estado. Já em (26) é toda a porção textual introduzida pelo conectivo que contrasta com a anterior:

- (25) L1 é ela quis monopolizar o serviço...os assessores...nem sempre tinham oportunidades agora não parece-me que ela compreendeu...a::...a engrenagem da história...que ela...tem que ser subordi/ tem que se subor/ bordinar AO Secretário da Justiça...ela não é autônoma...não é? ela tem que se subo/ bordinar ao Secretário da Justiça e tem que::atender aos seus...assessores não é?...**ma::s** [ela é uma pessoa muito capaz...] (D2- SP-360:602-606)

- (26) L2 (...) quer dizer eu acho que isso in/ independência da da...variaria de acordo com a com a::...com o dom de cada pessoa com o interesse de cada pessoa né? **mas** [eu acho o problema PArá...a mulher...dona de casa a mulher-mãe a mulher-esposa...é o problema de horários de adaptar a carreira...com...a a::

L1

[
a casa

L2 com a casa com a administração da casa

L1

[
do lar

L2 principalmente com o fato de ser mãe e aí a coisa complica muito...](D2-SP-360:518-525)

É necessário acrescentar que, em (25), a oração que *mas* introduz elabora uma atitude avaliativa do falante em relação à figura da procuradora, retomando, apesar de todas as afirmações negativas, a afirmação da capacidade da personagem.

Sob o rótulo “conector” e “constituente extra-oracional” foram agrupadas ocorrências de natureza diversa, capazes de desempenhar, cada uma a seu modo, funções distintas no plano ideacional ou interpessoal. A fim de especificá-las e descrever de fato o modo como as ocorrências se apresentam no corpus analisado, são usadas as distinções apresentadas por Schiffrin (1987).

4.2 A atuação do conector no contraste de idéias

Do total de 93 ocorrências de conectores, cumpre distinguir, conforme previsto, as ocorrências cuja conexão se enquadra no plano da estrutura de idéia, estabelecida no “Modelo de Coerência do Discurso” apresentado por Schiffrin (*op. cit.*), daquelas que atuam na estrutura de ação.

Operada a quantificação dos dados, verificou-se que em 71 dessas ocorrências (76,3%) a natureza da relação contrastiva está atrelada ao desenvolvimento das idéias do texto, contra 22 casos (23,7%) de ações contrastivas.

Conforme mencionado anteriormente, a análise apresentada por Schiffrin (*op. cit.*), básica para este trabalho, evidencia uma multiplicidade de atuações do conectivo *mas* no estabelecimento de contraste do tipo ideacional, elencadas pela autora sob forma de quatro categorias. Aplicadas ao corpus em questão, essas categorias apresentaram a seguinte distribuição quantitativa:



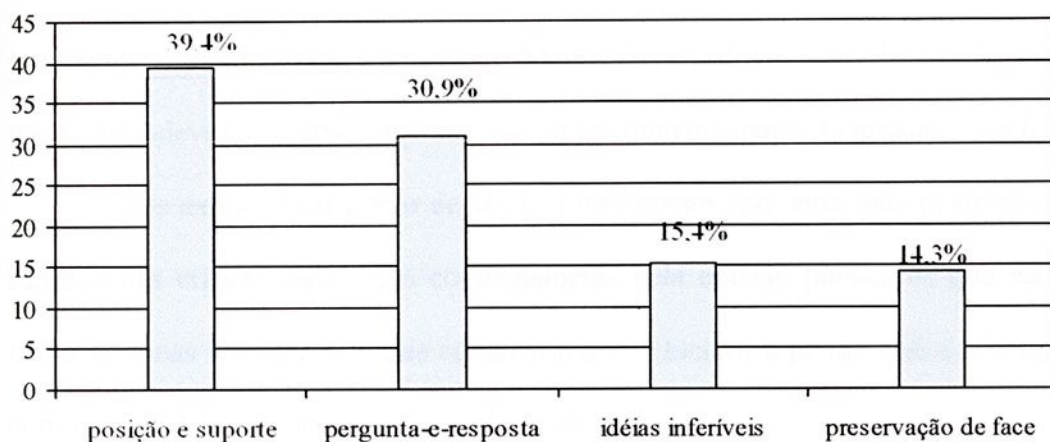


Figura 6: Tipos de contraste na estrutura de idéia.

Uma das principais teias em que se enreda a linguagem é a função de persuadir. Constantemente, ao expressarem suas opiniões, os falantes lançam mão de estratégias argumentativas para conduzir o interlocutor a comungar com eles as mesmas convicções.

Ciente de que esse é um caráter constitutivo da linguagem, Schiffrin remete, por vezes, a uma determinada “análise discursiva do argumento”, entendendo como argumento “um discurso em que os falantes defendem posições em disputa” (Schiffrin, 1987, p.18). Por meio dessa perspectiva analítica, demonstra como determinados conectivos, dentre eles *mas*, pode atuar na estrutura de uma argumentação. Observe o exemplo (27) abaixo:

- (27) Inf (...) eu acho que seria...a a a...o lado mais fácil de se chegar ao público para...para se chamar ao teatro seria através da televisão porque você vê em todos os lares...o pessoal assiste televisão...você vê comentado os programas de domingo...em todos os locais...é o Fantástico é o Sílvio Santos e T Odo mundo assiste...e o pessoal diz "ah só tem esses programas de domingo" **mas**::você vê em todas as casas que você vá no domingo ligam...no 'Fantástico' então através () do do do da televisão eu acho que seria um um um bom...um bom jeito de de de se fazer chegar ao público as peças teatrais que estão...em cartaz... (DID-SP-234:335-341)

Quando perguntado a respeito do melhor meio de divulgação e popularização do teatro, o informante afirma ser a televisão. O suporte para essa posição é o fato de que, na

opinião dele, todas as pessoas assistem à televisão, e por isso, uma divulgação maior do teatro nos meios televisivos certamente atrairia um contingente maior de pessoas para freqüentá-lo.

Após expor o seu ponto de vista, o informante apresenta uma possível contraposição, baseada nas críticas elaboradas cotidianamente pela opinião pública de que não há variação nos programas televisivos, o que conduziria o interlocutor a pensar que a televisão não estaria com tanta audiência como o informante havia dito.

Segue-se, a partir de então, uma refutação do dito, pois segundo o falante, apesar das críticas, as pessoas em geral não deixam de assistir aos programas dominicais. *Mas* marca, nesse contexto, um contraste referencial entre as duas idéias comportadas pelas duas porções textuais coordenadas, ou seja, entre aquilo que é dito (no primeiro fragmento) e aquilo que na realidade é feito (no segundo fragmento) pelas pessoas. Paralelamente, desempenha função interacional, atuando funcionalmente, nos termos de Schiffrin, na medida em que reintroduz o suporte de uma dada posição.

Esquemáticamente, a relação acima pode ser descrita conforme a representação da estrutura do argumento proposta por Schiffrin (p.154):

POSIÇÃO 1: A televisão é o melhor meio de chamar o público para o teatro.

SUPORTE 1: Todas as pessoas assistem à televisão.

SE NÃO [SUPORTE] ENTÃO NÃO [POSIÇÃO]

Se o público está insatisfeito com os programas e não assiste a eles, então a televisão não seria um bom meio de divulgação para o teatro.

MAS SUPORTE 1: Todas as pessoas assistem à televisão (apesar das críticas)

ENTÃO POSIÇÃO 1: A televisão é o melhor meio de chamar o público para o teatro.

Um outro exemplo passível de enquadramento nessa mesma categoria é o que segue:

(28) Inf (...) a fi-na-li-da-de com que ela foi feita não impede... que elas tenham um valor estético quer dizer que elas se mantenham até hoje... que a gente Olhe e ache que é obra de arte... porque hoje para nós... não influi mais o fato... delas terem sido feitas com uma finalidade mágica porque nós não dependemos da caça mais... **mas** é possível a gente olhar para elas e ainda se espantar com a QUALidade da

representação então são dois fatos diferentes... a finalidade (para o que) ela foi feita... e a ca-pa-ci-da-de artística de quem a fez... certo? (EF-SP-405:143-148)

Em (28) o informante vem sustentando, durante sua argumentação, que a finalidade prática das pinturas do Paleolítico não impede a existência de um inegável valor estético, perceptível até os dias atuais. A razão (suporte) para essa posição assenta-se no fato de que, de acordo com o mesmo informante, a finalidade das pinturas e a qualidade artística são aspectos que merecem diferenciação.

Assumida essa posição, o informante apresenta uma possível contraposição, baseada na idéia de que, como não se depende mais da caça, aquele tipo de pintura poderia não assumir mais significado algum, ou seja, não apresentar valores consideráveis. *Mas* marca, nesse contexto, além do contraste referencial entre essa idéia e aquela primordialmente veiculada pelo falante (a de que ainda *é possível a gente olhar para elas e ainda se espantar com a qualidade da representação*), a reintrodução do suporte de uma dada posição.

A representação dessa estrutura argumentativa obedece à configuração que segue:

POSIÇÃO 1: A finalidade prática das pinturas pré-históricas não impede seu valor artístico.

SUPORTE 1: A finalidade prática é diferenciável do valor artístico.

SE NÃO [SUPORTE] ENTÃO NÃO [POSIÇÃO]

Se a finalidade prática não é diferenciável do valor artístico, então as pinturas pré-históricas não teriam mais valor algum (haja vista que não se vive mais da caça).

MAS SUPORTE 1: A finalidade prática é diferenciável do valor artístico.

Vale a pena ainda chamar a atenção para o fato de que, conforme ilustrado na figura 6, esse tipo de contraste é o mais freqüente no corpus analisado, correspondendo a 39,4% das 71 ocorrências do conector em nível textual.

Há alguns outros tipos de ocorrência, correspondentes a 15,4% dos casos de conectores, em que o conteúdo semântico das porções coordenadas não explica por que duas unidades estão em relação contrastiva.

Segundo Tannen (1979, *apud* Schiffrin, 1987) esse tipo de contraste é inferível apenas porque uma proposição particular viola as expectativas do falante/ouvinte, expectativas essas que não são originadas em proposições anteriores do discurso, mas, mais profundamente, são desenvolvidas com base num conhecimento prévio sobre o mundo.

Um caso desse tipo pode ser identificado em (29):

- (29) Inf é um um uma peça um mas essa tinha TANta molecada **mas** eu achei fabulosa também MULto foi comédia...achei ótima ((risos)) aí também ((risos)) foi engraçado (DID-SP-234:86-87)

No exemplo acima, o contraste pode ser apenas explicável com base no conhecimento comum, culturalmente partilhado, de que crianças em teatros geralmente atrapalham o espectador, criando um ambiente não propício para o aproveitamento devido da peça. Contrariando essa expectativa, o informante avalia positivamente a peça, marcando esse contraste através de *mas*.

Ainda no contexto dessa categoria, outro exemplo semelhante é (30):

- (30) L2 na minha casa de manhã

|
()

L1
L2 é uma loucura ((risos))
L1 na minha casa também porque...saem...ahn::cinco...comigo de manhã
L2 ahn
L1 às sete horas...
L2 ahn
L1 para irem para a escola
L2 uhn uhn
L1 três es/ vão para o colégio e dois vão para uma...um cursinho...de matemática...e o menor então esses cinco saem...e vão...para Pinheiros...
L2 uhn uhn...
L1 quando não é éh não é dia do meu marido ir para a faculdade...eu fico por Pinheiros e volto para casa agora em dois dias da semana...eu levo faculdade também...não é?

|
ahn ahn

L2
L1 e::depois volto para casa **mas** chego já apronto o outro para ir para a escola...o
menorzinho...e fico na::quelas lides domésticas (D2-SP-360:105-121)

A relação contrastiva assinalada por *mas* no exemplo acima não pode ser explicada em termos do conteúdo semântico das unidades relacionadas. Antes, é apenas devidamente entendida caso se recupere, nesse contexto, a expectativa que a exposição apresentada por L1 cria no interlocutor.

Após descrever a correria cotidiana que envolve seu período da manhã, a afirmação *e depois volto para casa* conduz o interlocutor a uma inferência do tipo: “chegou, enfim, a hora do descanso”. Esse tipo de inferência apresenta bases culturais, haja vista que, após o trabalho ou jornada desgastante, as pessoas geralmente voltam para casa, a fim de repousarem suficientemente para o dia seguinte.

É justamente essa inferência que vem negada através de *mas*: diferentemente daquilo que se poderia esperar, o informante não tem um momento de descanso; pelo contrário, suas tarefas prosseguem, com o encaminhamento do outro filho à escola e com a execução das “lides domésticas”.

Um outro contraste de nível ideacional assinalado pelo conector, bastante recorrente no português brasileiro falado, e que corresponde a 14,3% dos casos analisados, desempenha um papel importante também no plano interpessoal. Trata-se das construções, também previstas por Schiffrin, em que *mas*, além de contrastar idéias, adquire uma função interpessoal, no contexto das chamadas estratégias de polidez, ou mais especificamente, nas estratégias de preservação de face.

Segundo Goffman (1970 *apud* Silva, 1999, p.111), quando um interlocutor entra em contato com outro, tem a preocupação de preservar a sua auto-imagem pública. A essa auto-imagem pública o autor dá o nome de face:

“Pode definir-se o termo *face* como o valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato. A *face* é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados, ainda que se trate de uma imagem que os outros podem compartilhar, como quando uma pessoa enaltece sua profissão ou sua religião por seus próprios méritos”.

Brown e Levinson (1978) afirmam ainda que todo o ser possui uma face desdobrável em dois aspectos: face positiva e face negativa. A preservação da face negativa implica a não imposição do outro, enquanto a preservação da face positiva implica o desejo de aprovação social e auto-estima.

O exemplo (31) é uma ilustração do modo como o conector *mas* pode atuar na estruturação desse processo:

- (31) L1 *eu me deu-se muito bem no magistério...ele se realiza sabe? fica feliz da vida... em poder transmitir...o que ele sabe...e os processos também...que ele... recebeu ou...e eu não eu sou leiga eu não entendo...mas...pelo que a gente... ouve falar são muito bem estudados...tem pareceres muito bem dados...não é? (D2-SP-360:915-919)*

Em (31) L1 está falando das duas carreiras do seu marido, procurador de estado e professor do curso de Direito. Elogiar o trabalho do marido pode parecer presunção, pois convencionalmente espera-se que elogios venham de outras pessoas, não diretamente relacionadas aos interessados, e, conseqüentemente, é uma ameaça à face positiva. Por esse motivo, o informante procura atenuar antecipadamente o que será dito após *mas*, com *eu sou leiga eu não entendo*. Essa estratégia de distanciamento é ainda reforçada após o conector, com *pelo que a gente... ouve falar*.

Uma outra ocorrência de comportamento bastante semelhante é verificável em (32):

- (32) L1 *a gente nunca pode precisar o tempo...de ah ahn:: () com as crianças...necessitando da gente não pode precisar mesmo...com certeza então eu tenho impressão de que quando o menor...já::estiver assim...pela quarta série terceira quarta série...ele já estará mais...independente e::...e os maiores poderão fazer às vezes de::...assim de::preceptores dos menores e me aliviarão...nessa parte...e eu terei disponível não que eu deseje::liberda::de deseje eh eh estar assim sem obrigações para com as*

crianças...**mas** é que daí eu terei tempo disponível para fazer coisas extras
(D2-SP-360:948-954)

De modo análogo ao exemplo anterior, L1 vem falando a respeito das condições que poderiam proporcionar sua volta ao trabalho, deixando há algum tempo para que ela pudesse se dedicar inteiramente aos filhos. A menção à independência dos filhos em relação a ela pode induzir o interlocutor a uma inferência do tipo “ela quer estar livre dos filhos”, o que também ameaçaria a sua face positiva de mãe.

Para negar essa conclusão e cancelar parcialmente a saliência do trecho, executa a atenuação antecipada *não que eu deseje liberda::de deseje eh eh estar assim sem obrigações para com as crianças...* e, na seqüência, após *mas*, profere a afirmação *é que daí eu terei tempo disponível para fazer coisas extras*.

Vale a pena notar, conforme Schiffrin (*op. cit.*), que dois mecanismos lingüísticos operam em conjunto para garantir o efeito acima descrito: negação e mas. De fato, a porção textual anterior ao conector, que contém a negativa, proporciona um indício de que o falante espera uma certa conclusão a ser inferida.

Mas contrasta, nesse contexto, a conclusão que está sendo negada com outra preferível, em relação direta com as percepções do falante a respeito do modo pelo qual sua fala será julgada, na busca de construir uma apresentação adequada de si para o ouvinte.

Ainda no âmbito do contraste de idéias, conforme observado na figura 6, é bastante recorrente no corpus analisado (30,9% dos casos em que *mas* desempenha uma função no nível textual) a atuação do conector nos pares adjacentes pergunta-e-resposta (P-R). Para Schiffrin (*op. cit.*) é conveniente focalizar esse tipo de estrutura porque as perguntas são também formadas a partir de uma expectativa: aguarda-se na resposta tanto uma complementação da informação requerida quanto uma espécie de consentimento para um pedido de informação.

Além disso, espera-se sempre que o informante produza informações adicionais à requisitada. Esse aspecto indica que os indivíduos elaboram perguntas não apenas para satisfazer uma complementação informacional própria, mas também para lançar uma proposta de caráter interacional, conduzindo o interlocutor a um comprometimento cada vez maior com a conversação.

Considerando o “Princípio da Cooperação” de Grice (1975), segundo o qual se estabelece uma espécie de “acordo tácito” entre os interlocutores para que a conversação de fato aconteça, pode-se afirmar que a não satisfação dessas expectativas implícitas na formulação da pergunta, por parte do informante, soa como uma desconsideração às necessidades do outro, algo ameaçador de face.

Em função de toda essa conjuntura, os informantes procuram ser vistos como socialmente cooperativos, e, na maioria das vezes, continuam a falar mesmo depois de satisfeito o pedido informacional da pergunta.

Desde que responder a uma questão requer a satisfação de expectativas diferentes, há mecanismos diversos, em uma resposta, para desempenhar esse tipo de tarefa, dentre os quais Schiffrrin (*op. cit.*) inclui o uso do conector *mas*, que pode introduzir porções referencial e funcionalmente contrastivas, por desempenharem diferentes papéis em relação às expectativas criadas pela porção anterior. É o que se pode observar em (33).

(33) Doc. e qual é o prazo L. que eles dão...para os concursados assumirem? Existe alguma lei assim?

L2 |
tem...tem con/ concurso é é::é válido por dois anos **mas** o nosso con/ concurso
felizmente

L1 |
para o meu caso... no seu...

L1 estendeu-se mais (D2-SP-360:464-469)

Na ocorrência acima, além de estabelecer um contraste referencial (o concurso da falante *versus* os demais concursos), o conector introduz uma porção textual que acrescenta

algo à informação pedida, promovendo uma resposta mais cooperativa. Desse modo, além do contraste referencial, *mas* estabelece contraste funcional, no âmbito interpessoal, entre o que foi diretamente perguntado (o prazo para os concursados assumirem) e o que não foi (o caso específico do seu concurso).

Algo muito similar ocorre em (34). Ao ser perguntado sobre quais outras modalidades de ensino superior o informante vislumbra para a filha, para além daquelas já descritas no curso anterior da conversação, L1 apresenta uma resposta socialmente cooperativa, na medida em que também acrescenta informação em relação ao requisitado:

(34) Doc. a senhora lembra quais são

L1 [eu vou deixar...

Doc. essas outras?

L1 não eu dei uma rápida olhada sabe? *mas* vi matérias assim interessantes para ela dentro de outras...ah:: carreiras...essa se defi/ eh acho que::se define...uhn para...esse ramo...agora a outra gêmea...ela...como vai va::i o que::está tudo muito bom:: (D2-SP-360:984-989)

Mas em mas vi matérias assim interessantes para ela dentro de outras carreiras estabelece o contraste funcional entre aquilo que fora efetivamente perguntado, cuja resposta se encontra na porção textual anterior ao conectivo, e a parte tangencial da resposta. É interessante notar que, nesse exemplo, a resposta dada por L1 poderia ser simplesmente “não”; caso assim procedesse, forneceria a informação requisitada; no entanto, o informante poderia parecer não cooperativo, o que poderia vir a consistir em ameaça à sua face.

Conforme já previsto, um determinado tipo de inquérito favoreceu o uso da categoria posição-e-suporte, enquanto outro tipo apresentou-se determinante para a manifestação do conectivo nos pares adjacentes pergunta-e-resposta. Nesse sentido, faz-se interessante observar a seguinte tabela, que apresenta o cruzamento quantitativo entre os casos em que o conectivo atua na estrutura de idéia com o tipo de inquérito em que o mesmo ocorre:

	Tipo de inquérito					
	EF		DID		D2	
Natureza da relação entre idéias	n	%	n	%	n	%
Posição-e-suporte	7	100	1	7,2	20	40
Pares adjacentes pergunta-e-resposta	0	0	10	71,4	12	24
Processos de preservação de face	0	0	1	7,2	9	18
Contraste com idéias inferíveis	0	0	2	14,2	9	18

Tabela 1: Influência do tipo de inquérito na determinação da relação entre idéias

No caso do inquérito EF, constituído pela transcrição de uma aula e, portanto, de um gênero textual inerentemente argumentativo, as estruturas posição-e-suporte corresponderam à totalidade (100%) das ocorrências de conectores. No tipo DID, composto pelo gênero textual “entrevista” e, portanto, com alta incidência de pares pergunta-e-resposta, a maioria absoluta das ocorrências de *mas* apresenta-se atrelada à marcação de distinções funcionais entre as partes da resposta (71,4% do total), enquanto as ocorrências do tipo posição-e-suporte correspondem a um percentual bem menor (7,2%).

Há uma explicação, talvez um tanto óbvia, para essa distribuição: é natural que a estrutura do DID, composta por uma entrevista entre o documentador e o informante, seja muito mais compatível com esse tipo de estrutura do que com a posição-e-suporte, certamente mais afeita a textos argumentativos, muito embora não se descarte a possibilidade de esse gênero textual aparecer em outros inquéritos. Essa constatação reforça a idéia, apresentada por Dik (1997), de que o gênero textual determina estruturas discursivas de nível mais baixo, tomadas por escopo durante o texto todo.

4.2.1 Os valores semântico-pragmáticos do conector no contraste de idéias

Nesta seção são apresentadas cinco diferentes acepções de sentido que, de acordo com a análise aqui realizada, são capazes de especificar o tipo de relação semântico-pragmática acionada por *mas* e agrupar, paralelamente, a totalidade das ocorrências presentes no corpus

em que o conector desempenha algum dos contrastes do tipo ideacional, até aqui apresentados.

Dessas categorias, quatro estão baseadas naquelas identificadas por Longhin (2003) para a análise da perífrase conjuncional *só que* (bastante similar a *mas*); na ocasião, a autora também tomou por base diversas propostas de análise semântico-pragmática, especialmente a de Van Dijk (1977) e Ducrot (1979, 1987), de forma que os itens abaixo apresentados tornam-se produto de um processamento das contribuições advindas de cada uma delas.

Na medida em que se percebeu, durante a análise dos dados, uma frequência relativamente alta de atuação de *mas* como “marcador de oposição”, conforme previsto por Lakoff (1971), acrescentou-se esse fator sob forma de uma quinta categoria.

Operada a quantificação dos dados, obteve-se por resultado a distribuição apresentada na tabela que segue:

	n	%
Contra-argumentação	37	52,1
Satisfação de condições	11	15,5
Oposição semântica	10	14,1
Refutação	8	11,3
Acontecimento inesperado	5	7

Tabela 2: Natureza da relação de sentido envolvida

Conforme se pode observar a partir da tabela acima, a relação semântica de contra-argumentação apresenta-se como a mais usual no corpus analisado. Em 52,1% das 71 ocorrências, foi dessa natureza a relação semântica envolvida, seguida, apenas de longe, pelo marcador de satisfação de condições (15,5%), de oposição semântica, de refutação, e pelo marcador de acontecimento inesperado, respectivamente.

Operado o cruzamento quantitativo entre o tipo de contraste assinalado pelo conector na estrutura de idéia e a relação de sentido envolvida nesses contrastes, obtêm-se os resultados listados na seguinte tabela:

	Natureza da Relação de Sentido Envolvida									
	Contra-Argumentação		Oposição Semântica		Refutação		Satisfação de Condições		Acontecimento Inesperado	
Tipo de Contraste na Estrutura de Idéia	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Posição e Suporte	13	46,5	4	14,3	7	25	2	7,1	2	7,1
Pares adjacentes Pergunta - e - Resposta	9	41	5	22,7	0	0	7	31,8	1	4,5
Contraste com idéias inferíveis	6	54,5	1	9,1	0	0	2	18,2	2	18,2
Processos de preservação de face	9	90	0	0	1	10	0	0	0	0

Tabela 3: Influência do tipo de contraste na estrutura de idéia na determinação da relação de sentido

Como marcador de contra-argumentação, foram rotuladas as ocorrências do *córpus* que, no nível textual, se assemelham ao que Ducrot, no nível da oração, denomina MAS_{PA} ⁴⁴. Conforme se pode perceber a partir da tabela acima, vale dizer que grande parte da atuação do conector nas denominadas estruturas de posição-e-suporte (46,5%) e quase a totalidade das ocorrências relacionadas ao processo de preservação de face (90%) assinaladas por Schifffrin (1987) apresentam uma ligação intrínseca com essa categoria.

Nesses casos, o locutor garante certa legitimidade a uma conclusão R, para depois descartá-la a favor de outra conclusão contrária a R ($\sim R$).

⁴⁴ Trabalhando na linha da Semântica Argumentativa, Ducrot (1979, 1987) constata a existência de dois *mas* homônimos em português, por ele denominados MAS_{PA} e MAS_{SN} . O MAS_{SN} possui, segundo Ducrot, um valor pragmático de refutação e retificação. Nele, a primeira parte coordenada nega fortemente uma fala que supostamente a antecede e repara, na segunda parte, a, o que fora dito na primeira (não-A MAS_{SN} B). MAS_{PA} , no entanto, estabelece outra relação semântica. Nesse caso, apresenta-se um raciocínio inferencial que conduz o interlocutor, na primeira parte coordenada, a supor uma determinada conclusão negada na segunda parte.

- (35) Inf (...) quer dizer o teatro eu acho que está caminhando está melhorando...porque o o...essa parte estudantil que está se interessando para isso por isso...está tomando assim::ma/...maior impulso...mas ainda eu acho que é uma pequena é uma parte menor (DID-SP-234:322-325)

Em (35) o informante, ao ser perguntado pelo documentador a respeito da sua opinião sobre qual modalidade é mais aceita pelo público, o cinema ou o teatro, instaura uma sequência argumentativa que parece sugerir a conclusão (R) de que o teatro está muito próximo do mesmo índice de aceitação do cinema. No entanto, o segmento introduzido por *mas* apresenta uma conclusão contrária ($\sim R$), de acordo com a qual, mesmo com um impulso maior, o teatro ainda apresenta uma receptibilidade menor que o cinema.

Outro exemplo semelhante é (36):

- (36) L2 (...) a alternativa que a gente dá para ele é se não quiser ir à escola então vai trabalhar...mas trabalhar o dia inteiro...que é como o pai
 L1 coitado cinco anos
 L2 [é
 L1 e já...colocado assim nessa alternativa não?
 L2 [porque::já pensou que que eu vou dizer para ele se ele não for eu não sei realmente eu chego na eu fico::indecisa...porque acho muito cedo para impor **mas** também se ele aprender a que dizendo que não quer ir não vai...eu estou criando um precedente muito sério... (D2-SP-360: 283-291)

No trecho conversacional apresentado acima, L2 vem descrevendo as dificuldades enfrentadas com o filho, que não quer acordar cedo para ir às aulas. A fim de induzi-lo a levantar-se cedo para ir à escola, faz uma ameaça um tanto imprópria para a idade da criança, de pô-lo para trabalhar como o pai; L1, por sua vez, sugere considerar essa alternativa muito rigorosa para uma criança de apenas cinco anos.

Por meio do enunciado *acho muito cedo para impor*, L2 reconhece a validade do argumento da interlocutora, parecendo legitimá-lo e concordar com ele. Mas o segmento

introduzido por *mas* apresenta uma conclusão contrária ($\sim R$), propriamente a de que a imposição faz-se necessária para a educação do menino.

É interessante verificar que, nos exemplos acima, há indícios concretos da presença da “voz do outro” na fala do locutor, fenômeno que, na Semântica Argumentativa, convencionou-se chamar “polifonia” (Ducrot, 1987). No entanto, embora reconheça a validade do argumento “do outro” e o incorpore ao seu discurso, o locutor não adere completamente a ele.

Outro uso de *mas* é o de marcador da não satisfação de condições. Tomando por base o exemplo dado por Ducrot e Vogt (1980, p.120), “*tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés*”, essa acepção de sentido diz respeito às ocorrências em que o conector discursivo *mas* desencadeia uma quebra de expectativa a partir do desacordo entre a vontade ou necessidade de se fazer algo e o não cumprimento, por alguma razão.

Nesses casos, *mas* institui uma espécie de comparação no momento em que põe em balança dois argumentos orientados para conclusões inversas. Na sequência, a balança “pende” para o argumento apresentado por último, que restringe ou impede a satisfação de uma condição antes considerada imprescindível, necessária ou desejável.

Um exemplo desse tipo pode ser verificado em (37); nessa ocorrência, a não satisfação de condições está relacionada ao fato de que, embora o informante pretenda reiniciar seus estudos e trabalhar, não pode fazê-lo, em virtude da dependência dos filhos:

(37) L2 e realmente você conclui agora

L1 |
 ()

L2 que foi o melhor

L1 que foi melhor embora futuramente eu pretenda trabalhar eu quero continuar os estudos...e: e trabalhar fora *mas* por enquanto ainda não as crianças dependem muito de mim... (D2-SP- 360:940-944)

Uma outra ocorrência dessa mesma natureza é observável em (38):

- (38) L2 (...) eu queria então uma família grande tínhamos pensa::do...numa família maior **mas** depois do segundo...já deve estar todo mundo tão desesperado que nós ((risos)) estamos pensando... (D2-SP- 360:58-60)

Em certo sentido, nesse exemplo, o informante lança mão de dois argumentos que conduzem o interlocutor a conclusões contrárias: “querer uma família grande” orienta para uma maior probabilidade de ter mais filhos, enquanto “depois do segundo já deve estar todo mundo tão desesperado” orienta em sentido inverso, restringindo a satisfação daquela vontade.

No tipo de construção em que *mas* é marcador de oposição, o falante estabelece uma espécie de comparação entre dois elementos ou situações, colocados um no primeiro segmento e o outro na parte iniciada pelo conectivo. Através de *mas* introduz a diferença fundamental existente entre eles, diferença essa que constitui a informação mais saliente que se quer transmitir, o verdadeiro objetivo da comunicação. Esse tipo de manobra é visível em (39):

- (39) Inf (...) foi a última que eu assisti...agora eu tenho u/ a as minhas amigas vão vão sempre a teatro quasc...quase sempre elas vão quase todo domingo eu::sou um pouco preguiçosa não vou prefiro ficar assi/ a a aqui assistindo televisão ou dormindo ou lendo o jornal...mas elas::a I. diz que tem assistido várias peças **mas** eu não tenho eu PArei um pouco de ir agora...sei lá ando muito cansada não tenho ido mais a teatro (DID-SP-234:65-69)

No exemplo acima, o informante apresenta uma comparação entre ele, que não tem ido muito ao teatro, e as amigas, que assistem às peças teatrais com frequência, colocando, conseqüentemente, as duas partes em oposição. A informação mais importante, que já havia sido dada anteriormente e que o informante procura salientar⁴⁵ pela comparação, é a de que

⁴⁵ Vale a pena notar que a saliência é manifestada também prosodicamente, através do acento enfático em PArei.

ele, particularmente, não tem freqüentado o teatro. E é justamente essa a informação reintroduzida pelo conectivo.

Em (40) a relação contrastiva assenta-se na oposição entre aquilo que será exposto durante a aula acerca do Paleolítico cujo embasamento é científico e os conhecimentos, que também serão expostos, advindos de meras suposições:

- (40) Inf (...) o que a gente vai dizer a respeito desse período... é baseado em pesquisas... arqueológicas... é baseado em pesquisas... etnográficas... em pesquisas... no campo da ARte... **mas** uma série de coisas são suposições... se nós não podemos afirmar... categoricamente que as coisas se passaram assim... (DID-SP-234:13-17)

Como marcador de refutação, foram agrupadas as ocorrências do *cópus* que seguem o mesmo princípio dos casos que Ducrot denominara, no nível oracional, MASsn: por meio de uma estrutura do tipo Refutação + MAS + Retificação, o locutor desmente, nega ou contesta uma informação implícita ou explicitamente veiculada antes, fornecendo, na sequência, a informação que julga correta.

Se considerada a proposta de Ducrot e Vogt (1980), pode-se afirmar, conforme Longhin (*op. cit.*), que essa acepção de sentido comporta uma polêmica imaginária: em um caso típico de polifonia, o locutor traz para seu discurso uma enunciação virtual, com a qual não compactua, para então rejeitá-la. É o que se pode verificar em (41), no qual há uma espécie de negação de uma possível asserção sobre a função da arte no Paleolítico:

- (41) Inf (...) não é só porque eu preciso me vestir que eu vou fazer um vestido:: maravilhoso... ou que eu vou bordar... uma:: tela para pendurar em casa porque eu preciso de aquecer a casa... NÃO... é porque eu acho bonito... **mas**... se a gente está num nível de vida... em que a preocupação principal é se manter vivo... qualquer atividade nossa vai estar relacionada com:: com essa preocupação (EF-SP-405:88-92)

O caráter polifônico *mas* está bem manifesto no exemplo (41) acima, no qual o locutor, ao enunciar *não é só porque eu preciso me vestir que eu vou fazer um vestido maravilhoso e não é porque eu acho bonito*, refuta o enunciado positivo correspondente, “a

arte surge em função da necessidade de se fazer coisas belas”. Embora não tenha sido proferido por ninguém em parte anterior do discurso, esse enunciado positivo é facilmente recuperável, caso se admita a existência de um locutor virtual.

Pode-se interpretar a ocorrência acima do seguinte modo: como a arte na contemporaneidade está intimamente relacionada a questões estéticas, tal como a moda, a decoração de ambientes dentre outros aspectos da mesma natureza, é completamente plausível que um interlocutor virtual considere que essa foi a função desempenhada pela arte desde os seus primórdios. O locutor, tendo avaliado essa possibilidade, adianta-se e recusa essa suposição que sequer foi proferida, instaurando uma polêmica imaginária. Na sequência, após *mas*, justifica essa recusa, por meio de uma retificação pela qual fornece a informação correta, “se a preocupação principal é a manutenção da vida, qualquer atividade humana vai estar relacionada com essa preocupação”.

Outro valor é o de marcador de acontecimento inesperado ou indesejado. Essa função, baseada estritamente na proposta de Van Dijk (1977), engloba as ocorrências em que o conector desencadeia um contraste por quebra de expectativa entre desenvolvimentos narrativos, à medida que introduz fatos inesperados e/ ou indesejados numa linha discursiva que tinha uma direção certa, previsível. A título de ilustração do que aqui foi enquadrado sob esse título, pode-se observar os exemplos (42) e (43):

(42) L1 (...) eu comecei o colegial... pensando...em Medicina...e pensando em contar com o meu pai...para...o custeio do estudo **mas** desde o momento em que eu...o perdi eu::preferi uma carreira profissionalizante... (D2-SP- 360:1199-1201)

(43) L2 (...) ela não fala muito... ela fala muito pouco ela fala um...vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos...e ela não faz frase...então eu pensei que ela fosse ter dificuldades na escola...por causa disso **mas** não não tem gosta muito... (D2-SP- 360:321-323)

Em ambas as ocorrências, o conectivo introduz um contraste entre circunstâncias nas quais o que se esperava não aconteceu: no primeiro caso, a morte do pai desponta como um imprevisto que altera o curso normal dos eventos, de maneira que a graduação em medicina, cuja expectativa é criada no segmento anterior a *mas*, não se concretiza, abrindo lugar para uma carreira profissionalizante.

Já em (43), a sequência narrativa desenvolvida por L2 cria a expectativa de que a menina teria problemas na escola, uma vez que, conforme considerado “normal” no mundo dos interlocutores, crianças que falam pouco apresentam dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita. *Mas* instaura, nesse sentido, um contraste entre aquilo que era esperado e o que acaba inesperadamente por ocorrer, mais precisamente o fato de a menina não ter dificuldades e gostar de aprender.

4.3 A atuação do conector no contraste de ações

Durante a conversação, em especial quando há simetria, dificilmente as idéias, sob forma de argumentos, emergem como uma sequência intacta de posição-e-suporte. Na realidade, a todo o momento os interlocutores disputam uma dada posição, na medida em que cada um busca desenvolver determinados pontos⁴⁶.

Em consequência dessa disputa constante, os argumentos são freqüentemente interrompidos durante o processo interacional, o que significa que, por várias vezes, o falante perde o ponto central de sua argumentação. Daí o esforço contínuo, por parte dos interlocutores, para marcá-lo e sustentá-lo.

Tomando por base as considerações expostas acima, Schiffrin define o papel desempenhado por *mas* na estrutura de ação (*action structure*) como um marcador de retorno

⁴⁶ Faz-se importante retomar, nesta parte da discussão, a definição proposta por Schiffrin a respeito dos argumentos, “um discurso em que os falantes defendem posições disputáveis” (idem, p.18)

do falante, na medida em que, na visão da autora, esse conectivo funciona como uma estratégia do falante para defender sua argumentação contra interrupções, desafios, desacordos ou até mesmo contra suas próprias distrações ou digressões.

No corpus analisado, das 93 ocorrências classificadas como conector textual-discursivo, foram detectadas 22 em que *mas* assinala uma ação contrastiva (23,6% dos casos de conectores e 18,2% do total). A distribuição entre as categorias previstas por Schiffrin e apresentadas acima, no entanto, aponta que na maioria absoluta dos casos (77,2%) a ação contrastiva está relacionada à sustentação da argumentação, por parte do falante, contra suas próprias distrações e digressões, contra um percentual bem mais baixo de sustentação contra interrupções (13,6%) e desafios (9,2%). Nenhum caso de desacordo foi registrado.

Esquemáticamente, essa distribuição pode ser representada da seguinte forma:

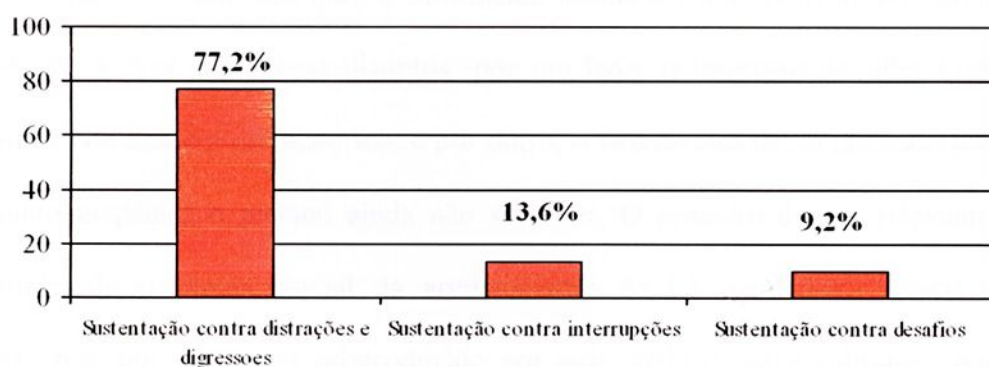


Figura 7: Tipos de contraste na estrutura de ação

Considerando esses dados em um espectro mais amplo, pode-se afirmar que as poucas interrupções, o baixo índice de desafios e a ausência de desacordos, associados à frequência relativamente alta de outras estruturas já apresentadas no decorrer deste trabalho, revelam que os informantes do NURC, particularmente, são muito polidos; por esse motivo, o corpus em

questão não favorece ocorrências de estratégias que podem ser tidas como ameaçadoras de face.

A polidez excessiva verificada nos inquéritos possivelmente está relacionada com o fato de os informantes terem apenas conhecido o documentador ou o outro informante na ocasião da entrevista, o que proporciona uma preocupação maior com a auto-imagem pública. Esse aspecto difere significativamente a amostra das transcrições apresentadas por Schiffrin (*op. cit.*), todas de diálogos da própria autora com pessoas já conhecidas⁴⁷.

A título de ilustração das ocorrências do conector *mas* que aqui foram consideradas “ações contrastivas”, faz-se interessante observar os seguintes exemplos, extraídos do corpus analisado. Vale a pena notar que, em todos eles, *mas* marca um retorno do falante para o desenvolvimento do ponto central ou mais saliente da sua argumentação. A variação ocorre apenas no que diz respeito às circunstâncias interacionais.

Em (44), por exemplo, o informante estabelece um contraste em termos da saliência atribuída a dois subtópicos distintos: por um lado, o interesse do filho Luís pela figura e natureza do homem pré histórico, e por outro, o fato de eles terem efetuado leituras acerca do assunto enquanto o menino ainda não sabia ler. O primeiro é mais relevante, podendo ser considerado o ponto crucial da argumentação de L1, verdadeiro tópico desse episódio discursivo; por isso, vem reintroduzido por *mas*, após o outro subtópico que se apresenta como uma espécie de digressão:

(44) L1 (...) agora::o Luís...o de seis anos

L2 ahn ahn

L1 ele::...desde pequenino ele é ((vozes ininteligíveis)) desde pequeno o Luís gosta...da história do homem...então...quando ele não sabia ler ele lia mui/ ele via as figuras da pré-história e gostava muito...então ele fazia com que nós lêssemos...os livros éh:: coleções:: uma e outra que a gente tem...éh::sobre a formação do mundo...sobre a a::a fo/ a a evolução do homem e tudo mais *mas* por gosto dele ele se interessava muito por aquela figura assim...ah::disforme do homem pré-histórico (...)
(D2-SP-360:1088-1095)

⁴⁷ Essa informação é dada por Schiffrin no capítulo 2, “Introdução à análise: definições e dados”.



De forma análoga, em (45), o informante retoma a posição após uma digressão. Novamente, nesse caso, a relação contrastiva é fundamentada entre o que o próprio falante considera como tangencial, o fato de lembrar ou não do nome do filme, e aquilo que estabelece como ponto central, e por isso mesmo, mais saliente na sua argumentação: o “aspecto chocante” do filme.

(45) Inf (...) outro filme que me chocou bastante também...dada as cenas brutas de de de m/ de mata e mata que matou um mundo de gente foi 'Bonnie and Clide' eu acho que foi ...não lembro faz tempo que assisti também **mas** aquele filme sai CANSada do cinema (...) (DID-SP-234:257-260)

Já as ocorrências do conector *mas* em (46) e (47) estão relacionadas a um retorno do falante ao ponto central da sua argumentação após alguma interrupções operadas pelo interlocutor: em (46) L1 retoma e sustenta sua posição, o fato de a carreira de procurador não exigir concurso, após algumas interpelações por parte de L2.

No caso de (47) é o comportamento dos filhos, propriamente a cumplicidade existente entre eles caso alguém faça algo de errado, a idéia central que a falante procura transmitir, retomada depois de diversas interrupções advindas da interlocutora:

(46) L1 se bem que para ser procurador de Es/ geral do Estado não precisa ser da carreira né?
 L2 [certo ()
 L1 qualquer advogado...
 L2 [() inclusive o o...o antigo procurador parece que não era...o antigo procurador
 L1 [não não era...não era o anterior
 era...mas::o que antecedeu a ela não
 L2 não era
 L1 mas...é um cargo de confiança
 L2 certo (D2-SP-360:615-624)

- (47) L2 é inclusive se há alguma coisa quebrada por exemplo eu chego...foi um dos dois...ou aquele que foi...diz que foi ele que fez...tomou a/ (que) fez aquilo ou então é::é o pai ou a mãe aquele que não estiver presente...se é a mãe que quem quebrou foi o pai ((risos))...se é o pai

[
sempre é ()

L1
L2 perguntando diz que quem quebrou foi a mãe ((risos))
L1 é sempre uma transferência de
L2 [é
L1 responsabilidades
L2 [mas um não acusa o outro
L1 ahn
L2 de jeito nenhum...

A ocorrência do conector *mas* em (48), enfim, está relacionada a um retorno do falante a sua posição a fim de defendê-la contra um desafio:

- (48) L2 porque::já pensou que que eu vou dizer para ele se ele não for eu não sei realmente eu chego na eu fico::indecisa...porque acho muito cedo para impor mas também se ele aprender a que dizendo que não quer ir não vai...eu estou criando um precedente muito sério...
L1 agora talvez ele goste de ficar na cama até mais tarde...não seria conveniente mudá-lo de período escolar?
L2 mas por que que os dias que não tem aula ele acorda cedo?...e sempre foi assim
L1 [é mesmo né? é malandragem dele (D2-SP-360:288-295)

Enquanto L2 vem descrevendo as dificuldades enfrentadas com o filho, que não quer acordar cedo para ir às aulas, argumentando que a única opção é forçá-lo, L1 contraria essa posição, apresentando outra diferente, que pareça levar em conta o ponto de vista da criança.

Para defender sua posição, L2 adiciona outro argumento, fazendo uso de *mas*: *mas por que que os dias que não tem aula ele acorda cedo?...e sempre foi assim*. Na sequência L1 abandona a contra argumentação, ao concordar com L2.

4.4 A atuação de *mas* como CEO na estrutura de troca



Para além das propriedades descritas até o presente momento, a análise dos dados assinala que *mas* exerce ainda um papel notoriamente importante, considerando o modelo de coerência do discurso apresentado por Schiffrin (*op. cit.*), no plano da estrutura de troca (*exchange structure*).

Diferentemente das ocorrências até aqui enumeradas, em que o conector promove relações entre porções textuais com um significado básico de contraposição bastante evidente, *mas* estabelece, nesse caso, ligações entre porções discursivas com um valor semântico menos marcado, funcionando como uma espécie de contraposição, por parte do próprio falante, em relação ao turno conversacional do interlocutor. Retomando Schiffrin (*op. cit.*), para esses casos, pode-se afirmar que a relação contrastiva vem manifestada implicitamente, por meio da quebra de expectativa de um interlocutor a respeito da conduta interacional do outro.

Isso porque, até então, tratou-se do conector *mas*, que embora exercesse papel relevante no plano interpessoal, estava mais diretamente envolvido com as relações entre as idéias e seu desenvolvimento.

Já no quadro das estruturas de troca, *mas* reveste-se do caráter de um constituinte extra-oracional, e, por isso mesmo, levando-se em conta a definição já apresentada, não apresenta fundamentalmente por natureza uma integração com o conteúdo cognitivo do texto. Sua significação, nesse caso, passa a ser preponderantemente atrelada ao plano discursivo-interacional, na medida em que, apesar de colaborar na construção, coesão e coerência do texto falado, o conectivo se comporta como recurso que sinaliza o alinhamento recíproco dos interlocutores ou a relação dos interlocutores com a situação de enunciação.

Uma visão mais clara acerca da distinção operada acima foi apresentada por Castilho (1989); para o autor, como todos os marcadores contribuem para a organização do texto, exercem de forma comum e ampla a função textual. No entanto, considerando a proposta de



Halliday (1978), essa função geral comporta, ela mesma, duas funções mais específicas: a ideacional e a interpessoal. Daí a existência, segundo Castilho, de dois tipos de marcadores: os ideacionais (aqui denominados conectores) e os interpessoais (aqui CEOs). Aos últimos, especificamente, o autor atribui a função básica de administrar turnos conversacionais⁴⁸, monitorando a interação.

Nesse nível de atuação, que correspondeu, quantitativamente, a 23,2% das 121 ocorrências em questão, *mas* é usado como estratégia do falante para manter (enquanto CEO marcador medial de sustentação de turno)⁴⁹, assaltar com ou sem deixa (como CEO iniciador) ou passar o turno conversacional (enquanto CEO finalizador). As ocorrências ligadas à manutenção de turno, em sua maioria absoluta, para sustentá-lo durante uma hesitação ou reformulação, corresponderam sozinhas ao percentual de 67,8%, contra apenas 32,2% de assaltos ao turno. Nenhum caso de passagem consentida de turno foi registrado.

Esquemáticamente, essa distribuição pode ser representada pela figura que segue:

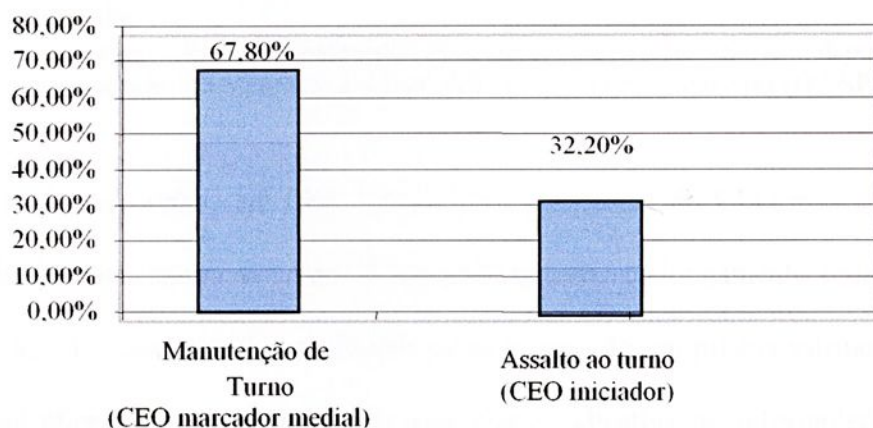


Figura 8: Atuação na estrutura de troca

⁴⁸ Esse ponto de vista converge com o de Schiffrin, na medida em que a autora propõe o “turno” como a unidade básica de negociação de trocas durante a conversação.

⁴⁹ Como o texto falado é planejado localmente, apresenta algumas pausas indicativas de que o falante está planejando ou reformulando a sua fala. Essas brechas são propícias para que o interlocutor tome o turno. O que foi aqui considerado “estratégia de manutenção de turno” refere-se especialmente aos casos em que *mas* funciona como preenchedor desses espaços, como estratégia de conservação do turno até que a elocução esteja completa. Como produto desse processo, tem-se por muitas vezes a expansão do tópico discursivo.

Novamente pode-se afirmar, conforme feito na seção anterior, que a situação relativamente formal dos inquéritos, que gera uma forte relação de polidez entre os interlocutores, desfavorece a ocorrência de situações de assalto ao turno, embora elas sejam muito recorrentes no português falado informal. Essa suposição ganha força caso se considerado o fato de que, em 66,7% dos casos analisados, o assalto ocorreu mediante algum tipo de sinal, contra apenas 33,3% de casos de assaltos sem sinal.

A exemplificação de *mas* atuando como uma estratégia de manutenção de turno pode ser constatada nas duas ocorrências em (49):

- (49) L1 eu trabalhava no serviço social do Estado...
 L2 uhn
 L1 fazendo parte da::campanha de::repressão à mendicância...do governo Carvalho Pinto
 L2 ahn ahn
 L1 *mas*::...trabalhava al/ no::albergue noturno...
 L2 ahn
 L1 ch como assistente social sabe? embora não::...
 |
 L2 sci
 L1 não tivesse curso
 L2 uhn
 L1 *mas*::...fazia o atendimento do pessoal...encaminha::va... e::...depois então eu tive que deixar...fui obrigada a deixar dada a dificuldades...em casa (D2-SP-360:337-349)

De forma similar, em (50), tem-se uma ocorrência do CEO *mas* atuando como uma estratégia de manutenção de turno. É interessante notar o alongamento prosódico no “a” e no “s” (ma::s::...); nesse sentido, analisando-se esse caso de um prisma estritamente pragmático, é possível afirmar que *mas* preenche uma pausa indicativa de reformulação, dificultando a tomada de turno por parte de L2 ou ainda evitando um eventual silêncio constrangedor:

- (50) L1 (...) ele joga futebol de salão...então eu expliquei direitinho que se realmente for bom vocação eu::não impedirei de seguir...*mas* só para não dizer que a gente
 L2 como cerceou...
 |
 L1 tolheu cerceou aquela::aquela ambição dele *ma::s::*...deixo praticar o esporte tudo mais e deixo seguir a carreira (...) (D2-SP-360:1008-1014)

Nos exemplos (51) e (52) observam-se dois usos de *mas* como estratégia de assalto ao turno, embora não haja similaridade completa entre as duas ocorrências: em (51) o assalto ocorre mediante um tipo de deixa, propriamente, o alongamento vocálico em *ah::* e uma pausa prosódica posterior. Já no caso de (52) o assalto acontece sem deixa; nesse caso, embora o trecho seja ininteligível, há sobreposição de vozes:

(51) L1 se...bem que...o lugar dele seja nos Transportes né?

L2 ahn ahn

L1 ele é responsável pela chefia lá e::não foi preenchida... ah::...

L2 **mas** ele acumula ou não ele está sendo substituído lá

L1 não não pode acumular lá está sendo substituído

(D2-SP-360:666-670)

(52) L1 (...) eu tenho::...certeza de que ele...ao entrar no colegial...e pensando num colegial ...profissionalizante que tenha aquilo que o atraia que são as máquinas ele vai se esquecer da outra profissão que ele pretende ter sabe?...é não::()

L2 nenhuma pressão? **mas** não está havendo

(D2-SP-360:1033- 1036)

Embora não se tenha detectado nenhuma ocorrência de *mas* como mecanismo de passagem consentida de turno no corpus em questão, esse uso é muito comum no português falado. Nesses casos, *mas* irrompe na conversação como um freio à continuação do falar, por meio do qual o falante sinaliza ao interlocutor que a sua participação conversacional está, por ora, encerrada, e que esse é um momento adequado para que o outro assalte o turno.

4.5 *Mas* marcador de foco

Um tipo de uso intrigante e bastante recorrente no corpus analisado (foram 17 casos no cômputo total), de natureza distinta dos demais, relaciona-se a ocorrências em que o elemento

parece assumir um aspecto de intensificador, guardando uma espécie de memória do advérbio latino *magis*. É o que se pode perceber em (53), (54) e (55):

(53) a gente vive de motorista o dia inTEIRO **mas** o dia inTEIro...uma corrida BARbara
(D2-SP-360: 73-74)

(54) é realmente é::ele diz que encontra mais di/...MUIta dificuldade **mas** MUIta mesmo...(...)
(D2-SP-360: 750-751)

(55) acarreta...**mas** muiTISSImo... a gente trabalha...eu::lá eu já vi que (esse período) período da manhã... (...) (D2-SP-360:382)

Esse tipo de ocorrência já foi anteriormente mencionado por Castilho (1997). Embora reconhecesse que muito trabalho ainda deveria ser feito para explicar esses casos, o autor detectou, para esses usos, um valor semântico ainda inclusivo, aliado à característica relevante de o segmento introduzido pelo conectivo não se contrapor de forma alguma ao conteúdo do segmento anterior. Essa natureza peculiar torna-o significativamente distinto das ocorrências tratadas até aqui, haja vista que o sentido básico de contraposição, ora mais evidente, ora mais tênue, está sempre presente nos dados.

Se considerada a Gramática Funcional de Dik (1989), uma explicação para esse fenômeno parece mais visível. De acordo com o autor, alguns elementos podem projetar determinadas funções pragmáticas, entendendo, por esse conceito, as funções que especificam o status informacional dos constituintes, em relação ao amplo contexto comunicativo em que são usadas.

No caso específico de *mas*, parece se tratar, tomando por base os exemplos acima, de um elemento que opera aquilo que Dik denomina atribuição da função de foco. Isso porque, conforme prevê o autor para esses casos, o elemento está introduzindo a informação que o falante julga mais importante e saliente, e, por isso mesmo, enfatizada.

No contexto das categorias apresentadas por Dik, esses usos de *mas* se enquadram perfeitamente na classe dos “marcadores especiais de foco”; trata-se das partículas que marcam e destacam o constituinte focal em relação a toda a parte restante da oração.

Ainda de acordo com o autor, a mencionada ênfase pode vir acompanhada de uma proeminência prosódica. Tanto em (53) quanto em (54) e (55) observa-se esse acento, respectivamente em “inTEIro”, “MULta” e “muiTISSImo”.

Sobre esses casos, é possível arriscar a conclusão de que *mas* intensificador parece não ter seguido o mesmo percurso dos demais casos, originados do comparativo *magis quam*. Provavelmente manteve-se, diacronicamente, a partir apenas da forma *magis*.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui desenvolvido assumiu, por objetivo geral, investigar e descrever os usos diversos que o conectivo *mas* vem assumindo no plano da organização textual-interativa da conversação. Desse modo, buscou-se a apresentação de uma visão ampla da natureza do conectivo em relação às classificações apresentadas pela tradição gramatical normativa, que centra suas observações no nível intra-oracional.

Como alternativa teórica para a elaboração dessa tarefa, propôs-se o aparato teórico desenvolvido pela teoria funcionalista. A operação dessa escolha no contexto das diversas vertentes da Lingüística contemporânea assenta-se, sobretudo, no fato de a mencionada linha de estudos considerar o discurso como unidade de análise particular, composto por estruturas diferentes e mais amplas que a oração, em contraposição às vertentes formalistas que concebem a frase como unidade máxima de uma gramática.

À medida que ficou confirmada uma expansão funcional de *mas* em direção ao discurso, haja vista que o elemento vem ocupando significativamente, para além do estatuto gramatical de relator coordenador, os papéis de conector e constituinte extra-oracional no plano textual-interativo, fica confirmado, em primeiro lugar, que a tradicional classificação apenas como “conjunção coordenativa adversativa” é insuficiente face à multifuncionalidade de *mas*.

Paralelamente, retomando-se o conceito de discursivização proposto por Martelotta *et al.* (1996, p.45) como um processo “que leva um item a assumir função de marcador discursivo (...)”, os dados analisados confirmam a hipótese de discursivização. Nesse sentido, pode-se afirmar que o conectivo seguiu o percurso mais comum dentre os elementos que se discursivizam: menos gramatical > gramatical > discursivo, pois a tendência que envolve esse processo, segundo os autores, demonstra que elementos lexicais (mais especificamente menos

gramaticais), que intermediariamente sofrem gramaticalização, passam a ser usados com propósitos discursivos⁵⁰.

No caso de *mas* a trajetória iniciou-se, diacronicamente, com a gramaticalização do advérbio latino *magis quam*, propriamente lexical, para o relator coordenador do português *mas*, mais gramatical. No plano sincrônico, observa-se a discursivização, por meio da qual o relator coordenador assume funções basicamente interacionais no plano do discurso.

Considerando que o processo de discursivização envolve perda das restrições gramaticais do elemento, e paralelamente, a assunção de papéis de caráter interacional, pode-se afirmar com certeza que o constituinte extra-oracional *mas* estaria em um estágio mais discursivizado que as demais ocorrências. Caso se proponha uma escala gradativa da discursivização, poder-se-á sintetizá-la da forma que segue:

+ Gramatical
- Discursivo

- Gramatical
+ Discursivo

Relator coordenador → Conector¹ → Conector² → Constituinte extra-oracional
(função de contrastar idéias) (função de contrastar ações) (atuação na estrutura de trocas)

A distribuição quantitativa dos dados, apontando para um percentual grande de conectores textuais, no entanto, não sugere que se está diante de uma mudança de significado, e muito menos, que o conector venha perdendo suas restrições gramaticais. Na medida em que os significados básicos do relator coordenador, conforme comprovado, vêm se mantendo nas relações do conector ideacional, aliado à comprovada expansão dos usos originais e aumento das possibilidades de colocação, parece que o processo de discursivização vem sendo acompanhado de um caso típico de ambigüidade pragmática, no qual um significado único, o da “contraposição”, está variando de acordo com a organização textual e a determinação interacional.

⁵⁰ Faz-se interessante ressaltar que esse percurso é tão comum que Vicent, Votre e Laforest (1993, *apud* Martelotta *et. al.*, 1996) chegam a se referir à discursivização com o termo “pós-gramaticalização”. Esse nome, entretanto, foi considerado inadequado pelo fato de haver exceções em relação à trajetória mencionada.

Indo um pouco além, mesmo nos casos em que o elemento exerce um papel de constituinte extra-oracional, pode-se perceber que ainda preserva, cognitivamente, uma natureza contrastiva, agora referente aos diferentes papéis e contribuições de cada interlocutor em relação ao outro, nas trocas informacionais existentes durante o a conversação.

Desse modo, seguindo o percurso unidirecional apresentado por Sweetser (*op. cit.*), sintetizado sob o esquema conteúdo > epistêmico > conversacional, o elemento estaria adquirindo usos ainda mais abstratos no plano conversacional. Essa constatação confirma a proposta de Martelotta *et. al.* (*op. cit.*) de que a discursivização é um processo de mudança unidirecional, que leva o elemento lingüístico a assumir gradativamente funções mais abstratas, relativas à organização do discurso.

Paralelamente, ratifica a posição funcionalista de que apenas uma abordagem que leve em conta o discurso, e daí a importância de se pensar em uma gramática discursiva, pode fornecer uma visão plena e cabal dos fenômenos lingüísticos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *How to do Things With Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

CAMACHO, R. G. O papel do contexto social nos estudos lingüísticos. *Alfa*. São Paulo, n. 38, p.19-36, 1994.

_____.; PENHABEL, E. Uso multifuncional e níveis de análise: a interface gramática e discurso. Texto não publicado submetido ao Conselho Editorial da Revista do GEL, 2003.

CASTILHO, A. T. Para o estudo das unidades discursivas. In: Castilho, A. T. (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, P. 249-279, 1989.

_____. O português culto falado no Brasil – história do Projeto NURC. In: PRETI, D.; URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. V.IV: Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1990, p.141-197.

_____. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo, 1, p.107 – 120, 1997.

_____.; PRETI, D. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. V.I: Elocuções Formais. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1987.

_____.; PRETI, D. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. V.II: Diálogos entre Dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1987.

COUTINHO, I. L. Gramática histórica. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.



CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

DIK, C. S. *Studies in Functional Grammar*. London/New York: Academic Press, 1980.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. I: The Structure of the Clause. Dordrecht-Holland: Foris, 1989.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. II: Complex and Derived Constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____; VOGT, C. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, P. 1980.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. Perguntas e respostas como mecanismo de coesão e coerência no texto falado. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do português falado*. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1993, p.473-508.

GALEMBEK, P. T. O turno conversacional. In: PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas/ USP, 1999. p.55-79.

_____; SILVA, L.A.; ROSA, M. M. O turno conversacional. In: PRETI, D.; URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. V.IV: Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1990, p.59-98.

GARCIA, C. B. Uma abordagem funcionalista das construções com *mas* e *embora*. São José do Rio Preto : 2002, 86 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

GORSKI, E. M.; GIBBON, A. O.; MAGO, D. D.; TAVARES, M.A.; VALLE, C. R. M. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2003. p.106-119.

GRICE, H. Logic and Conversation. In: Cole, P. And Morgan, J. L. (eds.) *Speech Acts*. V.3 New York: Academic Press, 1975.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. v. 1. São Paulo, Global, 1978. p. 125-161.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____. ; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

ILARI, R. 1995. Um roteiro funcional para o estudo das conjunções. Campinas, PGPF, grupo de trabalho de sintaxe I. Mimeo.

LAKOFF, G. Of's and But's about Conjunction. In: FILMORE, C.; LANGENDOEN, D.T. (eds). *Studies in ligüistic semantics*. New York: Molt, Rinehart and Winston, 1971, p.114-149.

LONGHIN, S. R. A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que". Campinas: 2003, 209 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MACKENZIE, J. L. First Things First: Towards an Incremental Functional Grammar. *Acta Linguistica Hafniensia*, V. 32. Copenhagen, 2000, p.23-44.

MARTELOTTA, M. E.; CEZARIO, M. M.; VOTRE, S (Org). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MORRIS, C. W. Foundations of the Theory of Signs. In: Neurath, O.; Carnap, R.; Morris, C. (eds.). *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: Univerity of Chicago Press, 1938, p.77-138.

NEIS, I. A . Por uma lingüística textual. *Letras de hoje*. Porto Alegre, n. 44, 1981, p. 20-39.

NEVES, M.H.M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*. São Paulo, 38, p. 109-127, 1994.

_____. *A gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística*. Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17-46.

PENHAVEL, E. Funções textuais e discursivas do conector aditivo. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP. São José do Rio Preto, 2002.

PRETI, D. Tipos de *frame* e falantes cultos. In: PRETI, D. (org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1999, p.71-86.

_____; URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. V.III: Entrevistas (Diálogos entre informante e documentador). São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1988.

RISSO, M. S. Agora... o que eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A.T. (Org.) *Gramática do português falado*. Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1993, p.31-60.



_____. O articulador discursivo então. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do português falado*. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1993, p.423-451.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.A.; JEFFERSON, G. A symplest systematics for the organization of turn – taking for conversation. *Language*, 50, 1974, p.696-735.

SANKOFF, D. *VARBRULE2*. Mimeographed, Université de Montréal, 1975.

SCHEGLOFF, E. Sequencing in conversation openings. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. (Eds.) *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 346-380.

SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, L. A. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, D. (org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1999, p.109-130.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics*. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Cambridge: CUP, 1990.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas/ USP, 1999. p.81-101.

VAN DIJK, T. A. *Text and Context*. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse. London/New York: Longman, 1977.



